





**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 18 DE ABRIL DE 2023 EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO CVM Nº 81 DE 29 DE MARÇO DE 2022 (ICVM 81/22) E INSTRUÇÃO CVM Nº 80 DE 29 DE MARÇO DE 2022 (CVM 80/22).**

**Statkraft Energias Renováveis S.A.**  
13 de março de 2023

## Índice

1.	RELATÓRIOS DISPONIBILIZADOS AOS ACIONISTAS .....	7
1.1	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (INCISOS I E II DO ARTIGO 10º DA ICVM 81/22).....	7
1.2	COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INCISO III DO ARTIGO 10º DA ICVM 81/22) .....	7
1.3	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES (INCISO IV DO ARTIGO 10º DA ICVM 81/22).....	7
1.4	PARECER DO CONSELHO FISCAL, INCLUSIVE VOTOS DISSIDENTES, SE HOUVER .....	7
1.5	§ 1º DO ARTIGO 10º - INCISO I – FORMULÁRIO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS (DFP)7	
1.6	§ 1º DO ARTIGO 10º - INCISO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO QUE CONTENHA, NO MÍNIMO, AS INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO A DA ICVM 81/22.....	8
2.	INFORMAR O LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO .....	8
3.	INFORMAR O MONTANTE GLOBAL E O VALOR POR AÇÃO DOS DIVIDENDOS, INCLUINDO DIVIDENDOS ANTECIPADOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO JÁ DECLARADOS .....	8
4.	INFORMAR O PERCENTUAL DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DISTRIBUÍDO .....	8
5.	INFORMAR O MONTANTE DE GLOBAL E O VALOR POR AÇÃO DE DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS COM BASE EM LUCRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	8
6.	INFORMAR, DEDUZIDOS OS DIVIDENDOS ANTECIPADOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO JÁ DECLARADOS:.....	8
7.	CASO TENHA HAVIDO DECLARAÇÃO DE DIVIDENDOS OU JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO COM BASE EM LUCROS APURADOS EM BALANÇOS SEMESTRAIS OU EM PERÍODOS MENORES.....	9
8.	FORNECER TABELA COMPARATIVA INDICANDO OS SEGUINTE VALORES POR AÇÃO DE CADA ESPÉCIE E CLASSE:.....	9
9.	HAVENDO DESTINAÇÃO DE LUCROS À RESERVA LEGAL .....	9
10.	CASO A COMPANHIA POSSUA AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A DIVIDENDOS FIXOS OU MÍNIMOS .....	10
11.	EM RELAÇÃO AO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO.....	10
12.	HAVENDO RETENÇÃO DO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO DEVIDO À SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA .....	11
13.	HAVENDO DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVA DE CONTINGÊNCIAS.....	11
14.	HAVENDO DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVA DE LUCROS A REALIZAR .....	11
15.	HAVENDO DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVAS ESTATUTÁRIAS.....	11
16.	HAVENDO RETENÇÃO DE LUCROS PREVISTA EM ORÇAMENTO DE CAPITAL.....	12

<b>17. HAVENDO DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA A RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS .....</b>	<b>12</b>
§ 1º do artigo 10º - Inciso III – Parecer do comitê de auditoria, se houver. ....	12
<b>18. INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS A SEREM EXAMINADAS E DISCUTIDAS .....</b>	<b>12</b>
<b>18.1 EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA .....</b>	<b>12</b>
<b>18.1.1 APRECIAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E EXAMINAR, DISCUTIR E DELIBERAR ACERCA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022;</b>	<b>12</b>
<b>18.1.2 APRECIAR A PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2022;.....</b>	<b>13</b>
<b>18.1.3 ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA.....</b>	<b>13</b>
<b>18.1.4 PROPOSTA DE RECONDUÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL .....</b>	<b>14</b>
<b>18.2 EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA .....</b>	<b>14</b>
<b>18.2.1 APRECIAR A PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA .....</b>	<b>14</b>
<b>- ANEXO I - .....</b>	<b>16</b>
<b>COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, CONFORME ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INSTRUÇÃO ICVM 80/2022) .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR SOBRE: .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:.....</b>	<b>59</b>
<b>2.3 OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELO EMISSOR, EXPLORANDO, EM ESPECIAL, AS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS: .....</b>	<b>59</b>
<b>2.8 OS DIRETORES DEVEM DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO: .....</b>	<b>67</b>
<b>2.9 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 2.8, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:.....</b>	<b>68</b>
<b>2.10 OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DA COMPANHIA:.....</b>	<b>69</b>
<b>2.11 OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO.....</b>	<b>70</b>
<b>- ANEXO II - .....</b>	<b>71</b>
<b>INFORMAÇÕES INCLUÍDAS NO ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, REFERENTE À REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO ICVM Nº 81/2022 E INSTRUÇÃO ICVM Nº 80/2022. ....</b>	<b>71</b>

<b>8.1. DESCREVER A POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS: .....</b>	<b>71</b>
<b>8.2. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E A PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL: .....</b>	<b>74</b>
<b>8.3. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL: .....</b>	<b>76</b>
<b>8.4. EM RELAÇÃO AO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE: .....</b>	<b>77</b>
<b>8.5. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADAS EM AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 03 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA: .....</b>	<b>77</b>
<b>8.7. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: .....</b>	<b>77</b>
<b>8.8. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO: .....</b>	<b>77</b>
<b>8.12. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 8.5 A 8.11 (INCLUSIVE MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES): .....</b>	<b>77</b>
<b>8.13. AÇÕES OU QUOTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU QUOTAS, EMITIDOS PELA COMPANHIA, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: ....</b>	<b>77</b>
<b>8.14. EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS, FORNECER AS SEGUINTE INFORMAÇÕES EM FORMA DE TABELA: .....</b>	<b>78</b>
<b>8.15. EM FORMA DE TABELA, INDICAR, PARA OS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, EM RELAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA, E AO CONSELHO FISCAL: .....</b>	<b>79</b>
<b>8.16. ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTUREM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA (INCLUSIVE CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA A COMPANHIA): .....</b>	<b>81</b>
<b>8.17. PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DA COMPANHIA REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO: .....</b>	<b>81</b>
<b>8.18. VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EMISSOR COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS: .....</b>	<b>81</b>
<b>8.19. VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DO EMISSOR, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL</b>	

---

<b>DO EMISSOR, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS: .....</b>	<b>81</b>
<b>8.20. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES:.....</b>	<b>82</b>
<b>- ANEXO III - .....</b>	<b>83</b>
<b>INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO INCLUÍDAS NO ITEM 7 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME INSTRUÇÃO ICVM Nº 80/2022. ....</b>	<b>83</b>
<b>7.3 ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:.....</b>	<b>83</b>
<b>7.3.1 MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>83</b>
<b>7.3.2 MEMBROS DO CONSELHO FISCAL .....</b>	<b>86</b>
<b>7.5 INFORMAR A EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONJUGAL, UNIÃO ESTÁVEL OU PARENTESCO ATÉ O SEGUNDO GRAU ENTRE: .....</b>	<b>89</b>
<b>7.6 INFORMAR SOBRE RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU CONTROLES MANTIDAS, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DO EMISSOR E: .....</b>	<b>89</b>



## **1. Relatórios disponibilizados aos Acionistas**

Segundo o artigo 10º da ICVM 81/22 a Companhia deve fornecer, aos acionistas da Companhia, os documentos listados a seguir.

A Statkraft está enquadrada no §4º do art.133 da Lei nº 6.404/76, estando à totalidade dos acionistas reunidos na Assembleia-geral, assim encontra-se "sanada a falta de publicação dos anúncios ou a inobservância dos prazos referidos neste artigo", entretanto, mantendo a obrigatoriedade da publicação da Proposta da Administração no sistema IPE, que deverá ocorrer antes da realização da reunião da Assembleia Geral Ordinária.

### **1.1 Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Incisos I e II do artigo 10º da ICVM 81/22)**

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social 2022 foram arquivados na CVM e BM&FBOVESPA no dia 15 de março de 2023 e publicadas nos jornais e Notícias do Dia no dia 31 de março de 2023. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: [www.statkraft.com.br](http://www.statkraft.com.br).

### **1.2 Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do formulário de referência (Inciso III do artigo 10º da ICVM 81/22)**

As informações referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no anexo I da presente Proposta.

### **1.3 Relatório dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 10º da ICVM 81/22)**

O Relatório dos Auditores Independentes está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

### **1.4 Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver**

O Parecer do Conselho Fiscal está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia, ressaltando que não houve votos dissidentes.

### **1.5 § 1º do artigo 10º - Inciso I – Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)**

O formulário DFP foi entregue pela Companhia no dia 15 de março 2023, na mesma data de entrega do Relatório da Administração.

**1.6 § 1º do artigo 10º - Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo A da ICVM 81/22.**

**2. Informar o Lucro Líquido do Exercício**

O lucro líquido da Companhia foi de R\$ 237.814 mil em 31 de dezembro de 2022.

**3. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

De acordo com o estatuto social, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório correspondente a 5% do lucro líquido, após a apropriação da reserva de lucros. A Administração irá propor distribuir dividendos totais de 5% do valor do lucro líquido. O montante a pagar será de R\$ 11.296,18 mil, que corresponde a R\$ 0,02486330078 por ação, cuja data de pagamento será 19 de abril de 2023.

**4. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

O montante total distribuído corresponderá a 5% do lucro líquido, descontada a constituição da reserva legal.

**5. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

O montante a pagar será de R\$ 11.296,18 mil, que corresponde a R\$ 0,02486330078 por ação, cuja data de pagamento será 19 de abril de 2023.

**6. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

O saldo previsto para pagamento será de R\$ 11.296,18 mil, correspondente a R\$ 0,02486330078 por ação ordinária, correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios, a serem pagos em 19 de abril de 2023.

**b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

A parcela correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,02486330078 por ação) será paga no dia 19 de abril de 2023.

**c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio**

Não se aplica.



**d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

A data será dia 18 de abril de 2023, data da realização da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

**7. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

**a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não há.

**b) Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não há.

**8. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a) Lucro líquido do exercício e dos 03 (três) exercícios anteriores**

**i) Lucro (prejuízo) do exercício por ação – R\$**

2022	2021	2020
0,53523	0,60862	0,27249

**ii) Lucro (prejuízo) do exercício por lote de mil ações – R\$**

2022	2021	2020
535,23	608,62	272,49

**b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

2022	2021	2020
-	-	-

**9. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

**a) Identificar o montante destinado a reserva legal**

O montante destinado a reserva legal foi de R\$ 30.460 mil.

**b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

**10. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

**a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Não se aplica.

**b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

Não se aplica.

**c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não se aplica.

**d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não se aplica.

**e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não se aplica.

**11. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado;
- 5% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

**b) Informar se ele está sendo pago integralmente**

Está previsto pagamento integral dos dividendos mínimos obrigatórios.

**c) Informar o montante eventual retido**

Não se aplica.

---

## **12. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

### **a) Informar o montante da retenção**

Não se aplica.

### **b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Não se aplica.

### **c) Justificar a retenção dos dividendos**

Não se aplica.

## **13. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

### **a) Identificar o montante de resultado destinado a reserva**

Não se aplica.

### **b) Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não se aplica.

### **c) Explicar por que a perda foi considerada provável**

Não se aplica.

### **d) Explicar por que a perda foi considerada provável**

Não se aplica.

## **14. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

### **a) Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar**

Não se aplica.

### **b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não se aplica.

## **15. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

### **a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Não se aplica.

### **b) Identificar o montante destinado a reserva**

Não se aplica.

**c) Descrever como o montante foi calculado**

Não se aplica.

**16. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a) Identificar o montante da retenção**

Não se aplica.

**b) Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não se aplica.

**17. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a) Informar o montante destinado a reserva**

Não se aplica.

**b) Explicar a natureza da destinação**

Não se aplica.

**§ 1º do artigo 10º - Inciso III – Parecer do comitê de auditoria, se houver.**

O Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças reunido no dia 09 de março de 2023 recomendou ao Conselho da Administração, as Demonstrações Contábeis da Companhia do ano de 2022.

**18. Informações sobre as matérias a serem examinadas e discutidas**

**18.1 Em Assembleia Geral Ordinária**

**18.1.1 Apreciar as contas dos administradores, o Relatório da Administração e examinar, discutir e deliberar acerca do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;**

O Relatório da Administração contém informações sobre a conjuntura macroeconômica e o desempenho financeiro e das operações da Statkraft.

As Demonstrações Financeiras foram arquivadas na CVM e BM&FBOVEPSA no dia 15 de março de 2023 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Notícias do Dia em 31 de março de 2023. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: [www.statkraft.com.br](http://www.statkraft.com.br)

Tais análises demonstram a situação econômico-financeira da Statkraft e evoluções da situação patrimonial ocorridas no exercício social. Dessa forma, é possível avaliar também os índices de liquidez e de lucratividade e o grau de endividamento da Statkraft.

### Proposta da Administração

A administração propõe que os acionistas examinem com cuidado todos os documentos disponibilizados pela administração, tendo o Conselho de Administração decidido, por maioria/unanimidade, aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras.

#### 18.1.2 Apreciar a proposta para destinação do resultado do exercício social findo 31 de dezembro de 2022;

De acordo com o artigo 19, inciso XXII do Estatuto Social, o Conselho de Administração deliberará sobre a proposta de apropriação do lucro líquido do exercício para posterior aprovação na Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária da Companhia.

Definições sobre os Dividendos Mínimos a serem distribuídos de acordo com os Estatutos da SKER:

<b>Dividens for 2023</b>	<b>BRL</b>
Net Profit - 2022	237.814.279,61
Legal Reserve Account (5%)	(11.890.713,98)
Calculation basis for statutory minimum dividends	225.923.565,63
<b>Statutory minimum dividends (5%)</b>	<b>11.296.178,28</b>
Statkraft Investimentos Ltda (81,307889%)	9.184.684,10
FUNCEF (18,6992111%)	2.111.494,18

Considerando a demanda de capital esperado de acordo com o planejamento da Companhia, o restante o lucro líquido será destinado a conta de reservas de lucros.

### Proposta da Administração

Tendo em vista o lucro realizado no exercício 2022, o valor será pago aos acionistas nos termos acima mencionados.

#### 18.1.3 Alteração na composição do conselho de administração da companhia

Nosso acionista FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais indicou o Senhor CAIO CEZAR MONTEIRO RAMALHO, brasileiro, solteiro, administrador, portador da carteira de identidade nº 09299200-7, inscrito no CPF sob o nº 047633017-30, residente e domiciliado em Rua Conde de Bonfim 862, cidade de Rio de Janeiro, RJ, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado de 2 (dois) anos, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e que ocorrerá no ano de 2024. Esse cargo estava vago.

As informações dos itens 7.1 a 7.3 do Formulário de Referência, conforme instrução ICVM Nº 80/2022, estão incluídas no anexo III dessa Proposta.

### 18.1.3 Proposta de recondução dos membros do Conselho Fiscal

Nosso acionista Statkraft Investimentos Ltda reconduzirá **NATASHA GAERTNER LEWIN** e **MARCOS BETT PAGANE**, para o cargo de membros titulares do Conselho Fiscal da Companhia; **ALEXANDRE CAFURE LAFRANQUE** e **SILVIA REGINA DOS SANTOS GONÇALVES**, para os cargos de membros suplentes do Conselho Fiscal da Companhia.

Nosso acionista FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais até o presente momento não se manifestou com suas indicações para os cargos do Conselho Fiscal da Companhia.

As informações dos itens 7.1 a 7.3 do Formulário de Referência, conforme instrução ICVM Nº 80/2022, estão incluídas no anexo III dessa Proposta.

## 18.2 Em Assembleia Geral Extraordinária

### 18.2.1 Apreciar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia

De acordo com o artigo 11, parágrafo único, item X, do Estatuto Social, compete à Assembleia Geral de Acionistas fixar a remuneração global dos Conselheiros Estatutários, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A fim de garantir a igualdade interna, a porcentagem proposta para ajustes salariais será definida de acordo com o ajuste salarial dos empregados como resultado das negociações sindicais.

A proposta considera reajuste anual de 6,00%, o que será a mesma estratégia adotada para negociações sindicais para outros funcionários.

## Proposta da Administração

O índice proposto para reajuste considera a estimativa da inflação acumulada para o período que seria de aproximadamente 4,00% (IPCA realizado de junho de 2022 a fevereiro de 2023 + previsão do IPCA do FOCUS (20/02/2023) de março de 2023 a maio de 2023). Como prática nas negociações sindicais, espera-se a aplicação de ganho real que está sendo calculado de até 1%, mais 1% a ser aplicado somente se a taxa real do IPCA for superior a 4,00%, totalizando o teto de 6,00%. Ressaltamos que no ano anterior, o reajuste aplicado foi de 12,13% conforme inflação, sem ganho real.

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2023 até 30 de abril de 2024, prazo estimado entre as AGOs, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Presidente e Vice-Presidentes Estatutários é de R\$ 11.402.330,26 com base no reajuste de 6,00%. Os valores



totais incluem as contribuições propostas para o INSS e FGTS pago pelo empregador e reconhecidas no resultado, pagamento do 13º salário em novembro. O montante inclui estimativa para o Programa de Bônus, sujeito a realização de metas.

O valor proposto de R\$ 11.402.330,26 é 7,08% inferior ao valor aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 20 de abril de 2022, para o período de maio de 2022 a abril de 2023. Essa redução se deve (i) a exclusão de duas posições de diretores estatutários, (ii) revisão do Programa de Bônus de 30% para 25% a ser aprovada pelo Conselho, parcialmente compensado pelo crescimento da inflação.

A remuneração total do ano de 2022 (janeiro a dezembro de 2022) foi de R\$ 10.829.636,57, incluindo Programa de Bônus de R\$ 1.126.430,01, representando uma redução de 11,75% quando comparado ao valor aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 19 de abril de 2022, para o período entre 1º de maio de 2022 a 30 de abril de 2023 (R\$ 12.271.457,12). Essa redução é explicada pela contratação tardia da diretoria de ESG, saída em fevereiro de um conselheiro e da diretora de RH em setembro, e pagamento do bônus abaixo do orçado.

De acordo com o artigo 19, inciso XXI do Estatuto Social, o Conselho de Administração deliberará sobre a distribuição da remuneração global estabelecida pela Assembleia Geral.

Nossa política de remuneração é assim expressa:

O Conselho Fiscal é composto de três membros titulares e três suplentes, e recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2023 a 30 de abril de 2024 a verba anual prevista é R\$ 121.668,01 incluída a contribuição patronal à previdência social. Os membros indicados pelo acionista Statkraft não são remunerados.

O Conselho de Administração é composto por cinco membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2023 a 30 de abril de 2024 a verba anual prevista é R\$ 489.825,57 incluída a contribuição patronal à previdência social. Os membros indicados pelo acionista Statkraft não são remunerados.

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Presidente, um Vice-presidente finanças e DRI, um Vice-presidente jurídico regional, um Vice-presidente de operação e manutenção, um Vice-presidente de desenvolvimento e regulatório, um Vice-presidente de assuntos corporativos. Recebe treze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2023 a 30 de abril de 2024 a verba anual prevista é R\$ 11.402.330,26 incluída pró-labore, contribuição patronal à previdência social, FGTS e benefícios. O montante inclui estimativa para o Programa de Bônus, sujeito a realização de metas.

A Diretoria de Recursos Humanos foi incorporada na Diretoria de Assuntos Corporativos e a Diretoria de Gestão de Ativos foi incorporada na Diretoria de Operação e Manutenção, mantendo-se os cargos de diretores não estatutário.

A remuneração para o período entre as AGOs está demonstrada no item 13.16 do anexo II.

- ANEXO I -

**COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA  
COMPANHIA, CONFORME ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INSTRUÇÃO  
ICVM 80/2022)**

**2.1 Os diretores devem comentar sobre:**

**a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

**Afirmação da Statkraft no Brasil**

O ano de 2023 representa para a Statkraft no Brasil mais um importante marco na afirmação das ambições desta Companhia em se tornar um importante player no mercado brasileiro, com a finalização das obras e finalização da entrada em operação do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia (519 MW), além do avanço previsto na construção do Complexo Eólico Morro do Cruzeiro (79,8MW) com previsão de término das obras no início de 2024.

**Plano de crescimento**

A Companhia possui atualmente 23 empreendimentos em operação, com uma capacidade instalada própria de 477,81 MW. Em dezembro de 2022 a Statkraft teve o início das operações da Oslo II do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia, adicionando 28,5 MW de capacidade instalada ao total da companhia. Com previsão de entregas por etapas até outubro de 2023, o Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia adicionará outros 490,2 MW de capacidade instalada de geração de energia, totalizando 10 novos ativos. Em 30 de maio de 2022 a companhia iniciou a construção da expansão do complexo Eólico Brotas de Macaúbas, denominado Morro do Cruzeiro. O complexo conta com 2 ativos e adicionará 79,8 MW de capacidade instalada nas operações da companhia.

Os projetos estão alinhados com a estratégia da Statkraft de ser detentora de portfólios flexíveis de geração renovável por meio do desenvolvimento dos seus próprios projetos, bem como via aquisições seletivas em mercados priorizados. No Brasil, a ambição é crescer de forma robusta para adquirir e otimizar ativos em operação, de forma a incrementar sua capacidade de geração de energia hidráulica, eólica e solar.

## **b) Estrutura de capital**

A Companhia prioriza financiamentos de longo prazo, em moeda nacional, com custos competitivos, com o objetivo de fazer frente aos elevados investimentos requeridos na implantação dos seus projetos de geração de energia, na categoria project finance com receita e estrutura de garantias atreladas ao período da sua amortização.

Para suportar aquisições de ativos já em operação, a Companhia também poderá optar por financiamentos de médio prazo.

No 2T20 a Companhia concluiu importantes iniciativas relacionadas à melhoria de sua estrutura de capital (liability management), efetuando o pagamento antecipado dos financiamentos de suas subsidiárias (i) UHE Monel Monjolinho, (ii) PCH Moinho, (iii) PCH Passos Maia e (iv) Complexo Eólico da Bahia. O total da operação de pré-pagamento somou R\$ 360 milhões, sendo o valor uma combinação de recursos próprios utilizados (R\$ 105 milhões) e recursos de terceiros (R\$ 255 milhões).

Adicionalmente, em setembro de 2020, a Companhia captou R\$ 145 milhões em um empréstimo ponte para financiamento do início das obras do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia.

A Administração entende que tais iniciativas fortalecem ainda mais a estrutura de capital da Companhia, tornando um perfil de endividamento adequado ao futuro ciclo de investimentos que é esperado.

Em dezembro de 2020, a Companhia celebrou junto ao Banco do Nordeste (BNB) contratos de financiamento de até R\$1.063 milhões, no nível das investidas constituídas para o projeto do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo total de 24 anos. O custo médio dessa captação é de 1,25% a.a. adicionado ao IPCA. Os três primeiros desembolsos no total de R\$ 400 milhões foram recebidos em junho, setembro e dezembro de 2021.

Em 09 de março de 2022 o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. – contratos de financiamento no montante de R\$ 257,0 milhões, no nível das investidas constituídas para o projeto Morro do Cruzeiro. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo total de 22 anos. O custo desta captação foi de 3,61%a.a. adicionados ao IPCA.

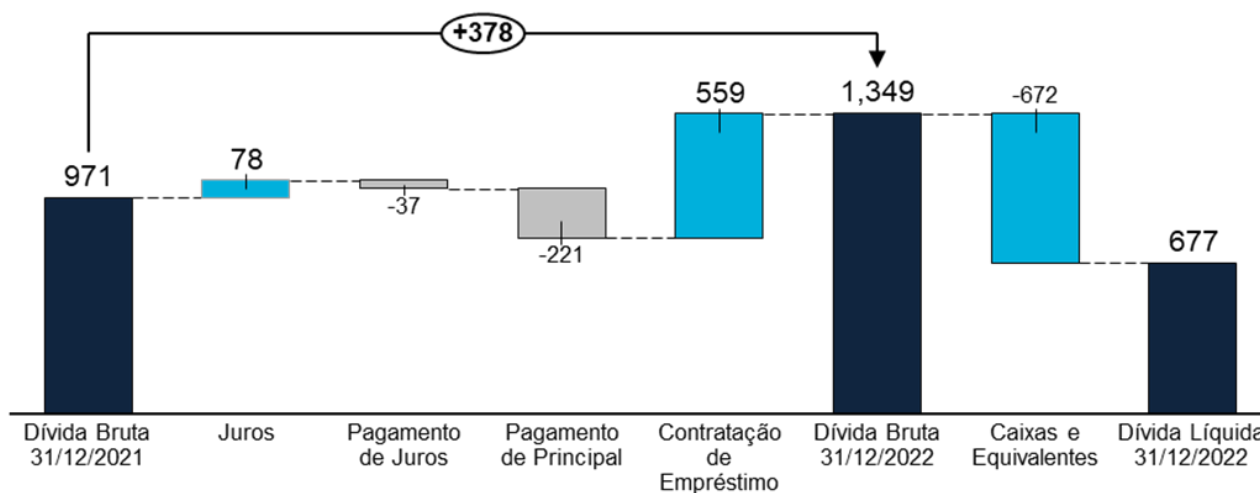
Em 31 de dezembro de 2022 a dívida líquida somava R\$ 676,7 milhões, cuja abertura é demonstrada na tabela abaixo.

Alguns destaques do comportamento do endividamento a seguir:

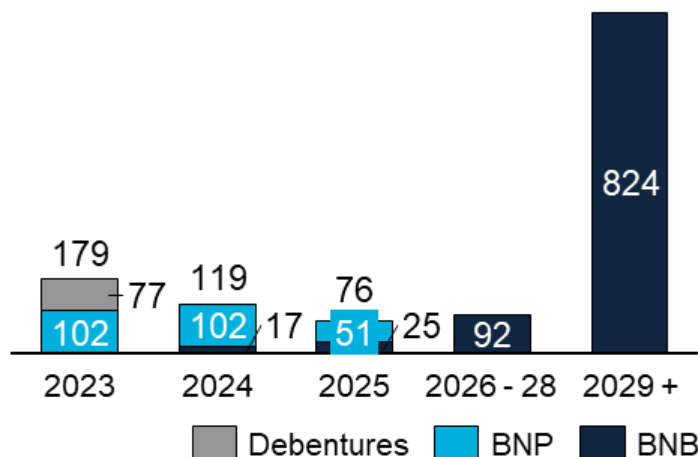
Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021	Diferença nominal	Var. %
<b>Endividamento</b>	<b>1.349.015</b>	<b>970.974</b>	<b>378.041</b>	<b>38,9%</b>
- Financiamento de Obras - BNB	1.011.850	412.161	599.689	145,5%
- Debêntures	76.456	152.598	-76.142	-49,9%
- Outros Empréstimos	260.709	406.215	-145.506	-35,8%
<b>Caixa e aplicações financeiras</b>	<b>672.342</b>	<b>201.245</b>	<b>471.097</b>	<b>234,1%</b>
<b>Dívida líquida</b>	<b>676.673</b>	<b>769.729</b>	<b>-93.056</b>	<b>-12,1%</b>
<b>EBITDA (últimos 12 meses)</b>	<b>400.900</b>	<b>347.042</b>	<b>53.858</b>	<b>15,5%</b>
<b>Dívida líquida / EBITDA</b>	<b>1,7</b>	<b>2,2</b>	<b>-0,5</b>	<b>-23,9%</b>

## Endividamento

Entre os períodos em análise o endividamento bancário da Companhia cresceu em R\$ 378,0 milhões, explicado pelos desembolsos junto ao BNB para a construção dos parques eólicos que compõem o Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia.

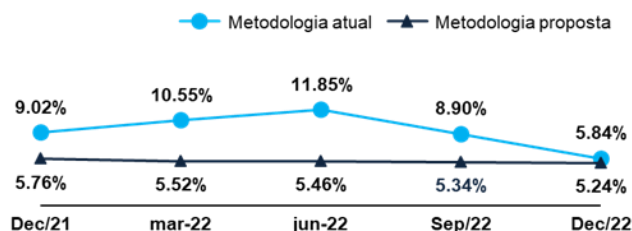
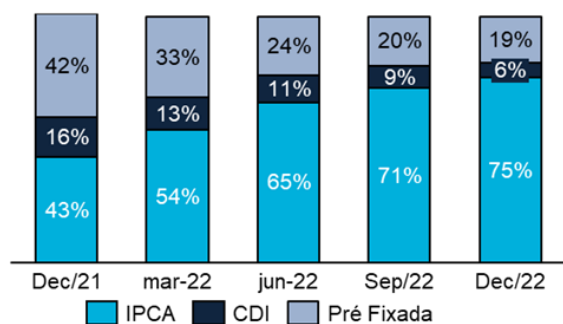


O cronograma de amortização do endividamento, em 31 de dezembro de 2022, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):



Em dezembro de 2022, a participação da dívida atrelada ao CDI era de 6%, representada pelas debêntures, ante a 19% da pré-fixada, e 75% atreladas ao IPCA, representados pelas dívidas contratadas junto ao BNB.

**Evolução da Composição da Dívida Bancária por Indexador**      **Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária**



\* Nova metodologia considera as curvas futuras de IPCA e CDI ao invés de considerar os últimos 12 meses.

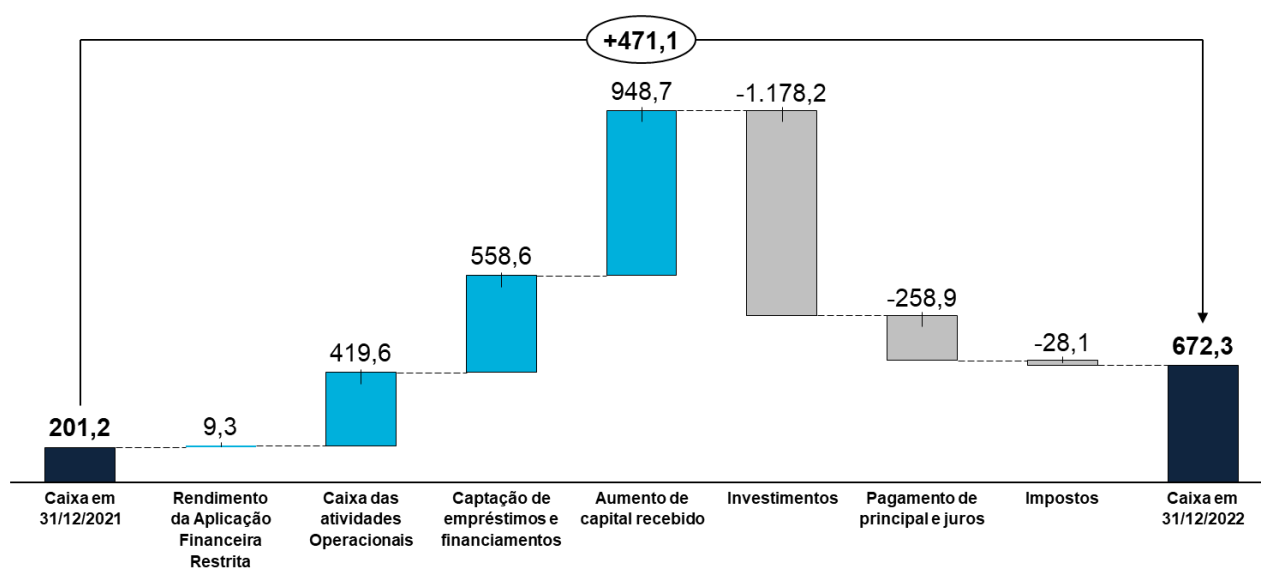
**Caixa e aplicações financeiras**

Entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022 houve aumento de R\$ 471,1 milhões no saldo de caixa e aplicações financeiras, saindo de um total de R\$ 201,2 milhões em dezembro de 2021 para o total de R\$ 672,3 milhões de reais em dezembro de 2022. O saldo de caixa e aplicações financeiras de 31 de dezembro de 2022 considera um saldo de R\$ 24,1 milhões referente ao saldo de aplicação financeira restrita vinculado ao financiamento do BNB.

O saldo do caixa em 31 de dezembro de 2022 é composto pelo saldo de caixa de 31 de dezembro de 2021 acrescidos do rendimento da aplicação financeira restrita, da geração de caixa operacional no total de R\$ 419,6 milhões, pelo aumento de capital recebido no montante de R\$ 948,7 milhões e pela captação de financiamentos no valor total de R\$ 558,6 milhões do desembolso junto ao BNB para a construção dos parques eólicos que compõem

o Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia. O caixa foi atenuado pelos investimentos realizados no período de R\$ 1.178,2 milhões, pelos pagamentos de principal e juros de empréstimos de R\$ 258,9 milhões, além dos pagamentos de impostos e encargos no valor total de R\$ 28,1 milhões.

A Companhia acumula volume de caixa e equivalentes de caixa decorrente à postergação de marcos na construção dos projetos Morro do Cruzeiro e Ventos de Santa Eugênia. Tal postergação é comum em projetos de engenharia de grande porte e estes marcos determinam o pagamento de seus principais fornecedores. Conservadoramente, a Companhia opta por deixar o recurso em caixa, de maneira a honrar estes compromissos concomitantemente ao alcance destes.



### c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento e posição de liquidez da companhia, a Diretoria acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores já contratados, embora não haja garantias que tal situação permanecerá sem alterações nos demais exercícios sociais. Abaixo são apresentados os principais e mais recentes eventos de readequação do perfil da dívida da Companhia:

- Em 2022 foi captado um montante de R\$558,6 milhões de reais junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil, voltado a obra de construção do complexo energia eólica Ventos de Santa Eugenia – VSE. O montante foi liberado em 4 tranches ao longo do ano.
- Ao longo de 2022 houve também o pagamento de um montante de R\$221,6 milhões (pagamento de principal) e o montante de R\$37,2 milhões (pagamento de encargos).



- Foram reconhecidos, em 2022, um total de R\$87,7 milhões de reais referentes a custos e encargos.

Importante ressaltar que a companhia detém um fluxo de caixa recorrente e previsível, uma vez que grande parte da produção de energia é vendida antecipadamente por meio de contratos de longo prazo. Este fator reforça a solidez e segurança com os compromissos financeiros assumidos pela companhia.

#### **d) Fontes e financiamento para capital de giro e para investimentos não-circulantes utilizadas**

Pretendemos manter a estratégia de captação de recursos de longo prazo para cobertura de parcela relevante dos investimentos necessários para a implantação dos nossos projetos. Mais especificamente, pretendemos continuar captando tais recursos (i) por intermédio de nossas SPEs titulares de concessões ou autorizações, e (ii) de instituições financeiras de fomento, na modalidade de *project finance*.

Não possuímos necessidades relevantes de capital de giro. Caso surjam demandas desta natureza, as instituições financeiras de fomento, assim como os bancos comerciais, possuem linhas de financiamento específicas para estas necessidades de caixa. De toda forma, acreditamos que estamos atualmente em condições de contratar tais financiamentos para custear nossas necessidades de caixa.

#### **e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Somos uma empresa que investe em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros. Nossas fontes de recursos são através de (i) aportes de capital de nossos controladores (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias e (iii) recebimento de dividendos de nossas subsidiárias em operação.

Nosso bloco de controle é formado pela Statkraft Investimentos Ltda. (81,3%) e FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais (18,7%).

Acreditamos que à medida que nossa capacidade instalada cresça, os dividendos que recebemos das nossas subsidiárias também aumentem. De forma geral, o fluxo de dividendos de nossas subsidiárias é crescente, uma vez que parte substancial de suas despesas está atrelada ao pagamento de encargos bancários atrelados ao financiamento de longo prazo, cujo valor é decrescente ao longo do tempo.

Para necessidades de caixa de curto prazo, nossos controladores, como previsto no Acordo de Acionistas, também poderão realizar empréstimos na forma de mútuos que também poderão vir a ser transformados em aporte de capital. Adicionalmente poderemos recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia.

#### **f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

As tabelas apresentadas abaixo demonstram o nosso endividamento, em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

### i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Financiamento de obras - BNB (a)	-	-	1.011.850	412.161
Debêntures (b)	76.456	152.598	76.456	152.598
Outros Empréstimos (c)	260.709	406.215	260.709	406.215
<b>Total</b>	<b>337.165</b>	<b>558.813</b>	<b>1.349.015</b>	<b>970.974</b>

Apresentados como:

Passivo circulante	184.165	227.765	184.165	244.953
Passivo não circulante	153.000	331.048	1.164.850	726.021

- **Financiamento de obras – Banco do Nordeste do Brasil S.A.**

No decorrer do 4º trimestre de 2020, o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. contratos de financiamento no montante de até R\$1.062.724, dos quais, em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 91% já foram desembolsados no nível das investidas constituídas para a construção dos parques eólicos que compõem o projeto Ventos de Santa Eugênia. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo total de 24 anos. O custo médio ponderado dessa captação é de 1,2531% a.a. adicionado ao IPCA.

Em 9 de março de 2022, o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. contratos de financiamento no montante de R\$256.729 para a construção dos parques eólicos que compõem o projeto Morro do Cruzeiro. Os contratos possuem carência de 3 anos e prazo total de 22 anos. O custo de captação compreende juros de 3,6113% a.a. adicionados ao IPCA. Até o período findo em 31 de dezembro de 2022 não houve desembolsos incorridos para tais contratos.

- **Debêntures**

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia emitiu 230.000 debêntures não conversíveis em ações com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), e prazo de vencimento de 5 anos, sendo a primeira amortização liquidada em junho de 2021. A última amortização ocorrerá em dezembro de 2023. Conforme previsto na escritura de emissão, após o atingimento de algumas condições precedentes a operação passou a não possuir garantias, o que foi atingido ainda em 2018, sendo as principais características juros remuneratórios e “covenants” especificados a seguir:

(i) **Juros remuneratórios**

Sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 0,95% ao ano calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, por dias úteis decorridos, desde a primeira taxa de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

**(ii) Cláusulas de Eventos de Inadimplemento**

A escritura de debêntures possui cláusula que requer que, durante o período de amortização do contrato, a Companhia acompanhe em bases semestrais o índice financeiro calculado por meio da dívida líquida sobre EBITDA igual ou menor do que 3,5. A Companhia se mantém em conformidade com a referida cláusula, tendo apurado índice de 1,7 para 31 de dezembro de 2022 (2,2 para 31 de dezembro de 2021), ou seja está adimplente para os referidos períodos.

• **Outros empréstimos**

**(i) Gerenciamento da dívida**

Em 20 de fevereiro de 2020, a Companhia contratou o montante de R\$255.000 com o Banco BNP Paribas Brasil. Esse contrato está amparado pela Lei 4.131 de setembro de 1962. O empréstimo foi utilizado para realizar aportes de capital nas subsidiárias da Companhia com a finalidade de liquidação de dívidas a nível das investidas junto aos bancos BNB e BNDES. A taxa de juros fixa é de 6,5% a.a., e a dívida está denominada em reais. As garantias estão atreladas aos recebíveis oriundos de alguns contratos de longo prazo de venda de energia da Companhia. Para evitar vencimento antecipado, a Companhia terá que manter seu índice de dívida líquida sobre EBITDA menor ou igual a 3,5 semestralmente, a partir de 30 de junho de 2020. A Companhia se mantém em conformidade com a referida cláusula, tendo apurado índice de 1,7 para 31 de dezembro de 2022 (2,2 para 31 de dezembro de 2021). As amortizações ocorrerão por meio de parcelas iguais e semestrais, com o primeiro vencimento em 27 fevereiro de 2023 encerrando em 27 de fevereiro de 2025.

**(ii) Empréstimo ponte para construção**

Em 8 de setembro de 2020, a Companhia contratou o montante de R\$145.000 por meio do aditamento do contrato constante do item c.1 acima. O empréstimo foi utilizado para aportes de capital nas subsidiárias da Companhia com a finalidade construção. A taxa de juros fixa foi determinada em 4,5% a.a. e condições de amortização do principal em 8 de junho de 2022 e amortização dos juros em parcelas trimestrais iniciando em 8 de dezembro de 2020 e encerrando em 8 de junho de 2022.

A movimentação dos financiamentos do Grupo pode ser assim demonstrada:

Em 1º de janeiro de 2021

Controladora

634.448

Pagamento de principal	(76.636)
Pagamento de encargos	(33.039)
Juros capitalizados	6.571
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	27.469
Em 31 de dezembro de 2021	558.813
Pagamento de principal	(221.637)
Pagamento de encargos	(37.267)
Juros capitalizados	2.863
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	34.393

	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2021	634.448
Captação de financiamentos	399.236
Custos e encargos a apropriar	(5.417)
Pagamento de principal	(76.636)
Pagamento de encargos	(33.039)
Juros capitalizados	26.816
Custos e encargos apropriados no resultado	25.566
Em 31 de dezembro de 2021	970.974
Captação de financiamentos	558.620
Custos e encargos a apropriar	(9.374)
Pagamento de principal	(221.637)
Pagamento de encargos	(37.267)
Juros capitalizados	53.306
Custos e encargos apropriados no resultado	34.393
Em 31 de dezembro de 2022	1.349.015

Abaixo é demonstrado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

Em 31 de Dezembro de 2022	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Financiamento de obras - Banco do Nordeste do Brasil S.A.	17.519	26.283	29.656	32.296	906.096	1.011.850
Outros Empréstimos	102.000	51.000	-	-	-	153.000
	<u>173.025</u>	<u>76.282</u>	<u>28.345</u>	<u>30.809</u>	<u>856.389</u>	<u>1.164.850</u>

### g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

O financiamento junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil possui um total aprovado de R\$ 1.062,3 milhões de reais, sendo que deste montante, a empresa já recebeu R\$ 400 milhões em 2021, e outros R\$ 558 milhões em 2022, totalizando assim R\$ 958 milhões de reais no período, ou seja, 90,2% do valor total aprovado.

### h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A análise e discussão apresentada a seguir sobre a nossa estrutura patrimonial e nosso resultado operacional baseia-se nas informações financeiras resultantes de nossas Demonstrações Financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

- **ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

<b>ATIVO</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>AV %</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>AV %</b>	<b>AH %</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	584.145	11,77%	186.403	5,43%	213,38%
Aplicação financeira restrita	64.115	1,29%	-	0,00%	n/a
Contas a receber	107.372	2,16%	61.926	1,80%	73,39%
Dividendos a receber	12.633	0,25%	2.982	0,09%	323,64%
Estoques	14.039	0,28%	8.027	0,23%	74,90%
Tributos a recuperar	18.752	0,38%	19.194	0,56%	-2,30%
Repactuação do risco hidrológico	1.063	0,02%	970	0,03%	9,59%
Outros ativos	17.962	0,36%	14.006	0,41%	28,25%
Ativo não circulante mantidos para venda	16.633	0,34%	-	0,00%	n/a
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>836.714</b>	<b>16,86%</b>	<b>293.508</b>	<b>8,55%</b>	<b>185,07%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Aplicação financeira restrita	24.082	0,49%	14.842	0,43%	62,26%
Contas a receber	25.334	0,51%	17.424	0,51%	45,40%
Partes relacionadas	-	0,00%	-	0,00%	n/a
Imposto de renda e contribuição social diferidos	180	0,00%	180	0,01%	0,00%
Repactuação do risco hidrológico	1.635	0,03%	2.698	0,08%	-39,40%
Propriedades para investimento	2.239	0,05%	19.092	0,56%	-88,27%
Operações descontinuadas	-	0,00%	-	0,00%	n/a
Investimentos ao valor justo	7.571	0,15%	84.434	2,46%	-91,03%
Outros ativos	6.332	0,13%	6.498	0,19%	-2,55%
Investimentos	53.288	1,07%	46.892	1,37%	13,64%
Imobilizado	3.643.903	73,43%	2.554.763	74,44%	42,63%
Intangível	361.144	7,28%	391.586	11,41%	-7,77%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>4.125.708</b>	<b>83,14%</b>	<b>3.138.409</b>	<b>91,45%</b>	<b>31,46%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.962.422</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.431.917</b>	<b>100,00%</b>	<b>44,60%</b>

## CIRCULANTE

### Caixa e equivalentes de caixa

A variação positiva de R\$ 397,7 milhões em 2022 quando comparada a 2021 se deve, principalmente à postergação de marcos na construção dos projetos Morro do Cruzeiro e Ventos de Santa Eugênia. Esta disponibilidade será consumida à medida que os compromissos contratuais forem realizados.

### Aplicação financeira restrita circulante e não circulante

Por força dos contratos de financiamentos firmados com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) para o custeio das obras das usinas eólicas das controladas pertencentes ao projeto Ventos de Santa Eugênia (vide nota explicativa nº 1.1), tais empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada “conta reserva”, que visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o banco. As aplicações financeiras restritas são constituídas de forma prévia baseadas na taxa média de 2,26% sobre o valor desembolsado até o referido período e limitado a um valor fixo determinado por Companhia, mantido por todo o prazo do financiamento. A rentabilidade está referenciada no CDI.

### Contas a receber circulante e não circulante

A variação positiva do saldo de contas a receber está substancialmente vinculada a (i) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, dos contratos regulados e contratos bilaterais, das operações de venda de energia da controlada SKERCOM e outros contratos, com prazo médio de vencimento de 35 dias; (ii) Saldo de recebíveis de fornecimento de energia elétrica liquidado no mercado de curto prazo; (iii) Saldo mantido no ativo não circulante referente ao excedente de geração de energia entre 100% e 130% ao montante contratado pelo Contrato de Energia de Reserva - CER mantido com a CCEE nas subsidiárias que compõem os parques eólicos em operação do Grupo Statkraft, que é recebido ao final da apuração de cada quadriênio, quando os saldos são transferidos gradativamente para o curto prazo, conforme expectativa de realização de caixa e atualizados pelo índice IPCA. Já a geração acima de 130% é classificada no curto prazo, conforme expectativa de realização nos próximos 12 meses; e (iv) Saldos de contas a receber com partes relacionadas referente a venda de energia e saldos a receber decorrente de redução de capital, serviço de administração do proprietário e serviços de O&M (operação e manutenção) das controladas e controlada em conjunto com vencimento médio de 28 dias.

### Dividendos a receber

Em 2022 a investida PCH Passos Maia (controlada em conjunto) destinou para SKER dividendos no montante de R\$ 1,1 milhões e Ceran – Companhia Energética Rio das Antas destinou dividendos no montante de R\$ 11,5 milhões.



## **Estoques**

Saldo de materiais em almoxarifado para operação e manutenção das usinas em operação.

## **Repactuação do risco hidrológico circulante e não circulante**

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de atingiu R\$ 2,7 milhões, frente ao saldo de R\$ 3,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. A variação é da apropriação de ativo regulatório decorrente da adesão à repactuação dos riscos hidrológicos.

## **Ativo circulante total**

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$ 836,7 milhões, apresentando queda de 185,07% em comparação a 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 293,5 milhões.

## **NÃO CIRCULANTE**

### **Investimentos ao valor justo**

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de “Investimentos não controlados ao valor justo” atingiu R\$ 7,6 milhões, representando diminuição de 91,0% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 84,4 milhões. A diminuição deu-se em função de ajuste de avaliação patrimonial de -R\$ 25,3 milhões e reclassificação de investimento mensurado ao valor justo para o método de equivalência patrimonial no total de -R\$ 51,6 milhões ambos relacionados, em sua maioria, ao investimento junto a Usina Hidrelétrica Ceran.

### **Investimentos**

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de “Investimentos” atingiu R\$ 53,3 milhões, representando aumento de 13,6% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 46,9 milhões. O aumento deu-se pelos resultados: (i) da controlada em conjunto PCH Passos Maia atribuíveis a Statkraft R\$ 4,6 milhões, Ceran – Companhia Energética Rio das Antas R\$ 15,9 milhões, abatidos dos dividendos destinados R\$ 12,4 milhões e outras movimentações em investimentos R\$ 1,8 milhões.

### **Imobilizado**

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$ 3.643,9 milhões, representando aumento de 42,6% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 2.554,8 milhões. O aumento deu-se, essencialmente, por conta das adições realizadas em 2022 no valor de R\$ 1.180,8 milhões, tendo como parte relevante de sua composição os valores pagos pelas subsidiárias envolvidas no projeto Ventos de Santa Eugênia ao fornecedor de turbinas para início da construção do parque eólico, atenuado pela depreciação incorrida em 2022 no valor -R\$ 78,1 milhões.

## **Intangível**

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de “Intangível” atingiu R\$ 361,1 milhões, representando diminuição de 7,8% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 391,6 milhões. A diminuição deu-se por conta de maiores amortizações no período no total de R\$30,8 milhões, devido, principalmente, a extensão do prazo de concessão das usinas no ativo intangível no total de R\$96.364 reconhecido em 2021.

## **Total do ativo não circulante**

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Total do ativo não circulante” atingiu R\$ 4.125,7 milhões, apresentando aumento de 31,5% em comparação a 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 3.138,4 milhões.

## **Total do ativo**

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Total do ativo” atingiu R\$ 4.962,4 milhões, 44,6% acima do ativo de 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 3.431,9 milhões.

• **PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>AV %</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>AV %</b>	<b>AH %</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	69.473	1,40%	32.787	0,96%	111,89%
Financiamentos e debêntures	184.165	3,71%	244.953	7,14%	-24,82%
Partes relacionadas	70.881	1,43%	61.409	1,79%	15,42%
Concessões a pagar	15.714	0,32%	14.605	0,43%	7,59%
Salários e encargos sociais	14.116	0,28%	13.326	0,39%	5,93%
Arrendamentos	4.432	0,09%	4.261	0,12%	4,01%
Tributos a recolher	11.182	0,23%	12.839	0,37%	-12,91%
Imposto de renda e contribuição social	5.268	0,11%	3.896	0,11%	35,22%
Dividendos a pagar	11.296	0,23%	8.722	0,25%	29,51%
Outros passivos	6.310	0,13%	11.195	0,33%	-43,64%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>392.837</b>	<b>7,92%</b>	<b>407.993</b>	<b>11,89%</b>	<b>-3,71%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Financiamentos e debêntures	1.164.850	23,47%	726.021	21,15%	60,44%
Concessões a pagar	98.002	1,97%	96.215	2,80%	1,86%
Tributos a recolher	925	0,02%	636	0,02%	45,44%
Imposto de renda e contribuição social	780	0,02%	537	0,02%	45,25%
Provisão para remoção de imobilizado	26.495	0,53%	65.937	1,92%	-59,82%
Arrendamentos	10.295	0,21%	13.706	0,40%	-24,89%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17.669	0,36%	7.848	0,23%	125,14%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	43.801	0,88%	42.344	1,23%	3,44%
Provisão para passivo a descoberto	0	0,00%	-	n/a	n/a
Outros passivos	2.787	0,06%	2.842	0,08%	-1,94%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.365.604</b>	<b>27,52%</b>	<b>956.086</b>	<b>27,86%</b>	<b>42,83%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	2.620.650	52,81%	1.671.910	48,72%	56,75%
Reservas de Lucros	571.000	11,51%	335.760	9,78%	70,06%
Ajuste de avaliação patrimonial	12.324	0,25%	60.161	1,75%	-79,51%
	<b>3.203.974</b>	<b>64,56%</b>	<b>2.067.831</b>	<b>60,25%</b>	<b>54,94%</b>
Participação de não controladores	7	0,00%	7	0,00%	0,00%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>3.203.981</b>	<b>64,56%</b>	<b>2.067.838</b>	<b>60,25%</b>	<b>54,94%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>4.962.422</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.431.917</b>	<b>100,00%</b>	<b>44,60%</b>

## CIRCULANTE

### Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Fornecedores” atingiu R\$ 69,5 milhões, apresentando aumento de 111,9% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 32,8 milhões. A variação observada dá-se, principalmente, devido aos aumentos dos passivos com fornecedores de materiais e serviços no valor de R\$ 10,0 milhões, além de outros R\$ 27,5 milhões referentes a contratos de compra de energia elétrica.

### Financiamentos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Financiamentos e debêntures” atingiu R\$ 1.349 milhões circulante e não circulante, apresentando um aumento de 38,9% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 971 milhões. Este passivo é composto por (i) financiamento de obras – BNB, com variação positiva de R\$599,7 milhões; (ii) debêntures, com variação negativa de -R\$ 76,4 milhões e (iii) outros empréstimos, com variação negativa de -R\$ 145,5 milhões.

### Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Partes Relacionadas” atingiu R\$ 70,9 milhões, apresentando aumento de 15,5% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 61,4 milhão. A variação observada dá-se por conta, principalmente, do saldo de mútuo R\$ 10,3 milhões devido pela Companhia à acionista Statkraft Investimentos Ltda., com prazo indeterminado e juros remuneratórios vinculados ao CDI.

### Concessões a pagar (circulante e não circulante)

O saldo de concessões a pagar em 31 de dezembro de 2022, circulante e não circulante, totaliza R\$ 113,7 milhões, aumentando 2,6% quando comparado com 31 de dezembro de 2021 quando apresentava o montante de R\$ 110,8 milhões. A variação do saldo é impactada pelos pagamentos ao longo de 2022 (R\$ 13,6 milhões) e pela atualização monetário do saldo devedor pelo IGPM (R\$ 16,5 milhões).

### Total do passivo circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2022 o saldo da conta “Total do passivo circulante” atingiu R\$ 392,8 milhões, apresentando uma diminuição de 3,7% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 408 milhões.

## NÃO CIRCULANTE

### Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários era de R\$ 17,7 milhões, apresentando um aumento de 126,9% frente ao saldo do exercício anterior, quando apresentava um saldo de R\$ 7,8 milhões. O aumento está composto pela adição de provisão no valor de R\$ 9,5 milhões, atualização no valor de R\$ 0,5 milhão e na reversão de provisão no valor de -R\$ 0,2 milhões.

### Total do passivo não circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2022 o saldo da conta “Total do passivo não circulante” atingiu R\$ 1.365,6 milhões, apresentando um aumento de 42,8% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 956,1 milhões.

### Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 o patrimônio líquido da Companhia representava R\$ 3.203,9 milhões, sendo o aumento de 54,9% na comparação com 31 de dezembro de 2021, quando representou R\$ 2.067,8 milhões. A variação deu-se, principalmente, devido a (i) aumento do capital social no valor de R\$ 948,7 milhões; (ii) lucro líquido do período no valor de R\$ 237,8 milhões; (iii) ajuste de avaliação patrimonial de -R\$ 47,8 milhões; (iv) reversão de dividendos de exercícios anteriores no valor de R\$ 8,7 milhões; e (v) destinação de dividendos obrigatórios no valor de R\$11,3 milhões.

### Total do passivo e patrimônio líquido

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$ 4.962,4 milhões, frente ao saldo 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 3.431,9 milhões.

• **COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

<b>Demonstração do Resultado do Exercício - R\$ mil</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Var %</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>861.883</b>	<b>565.054</b>	<b>52,5%</b>
Custo do fornecimento de energia elétrica	(461.242)	(297.232)	55,2%
Repactuação do risco hidrológico	0	96.364	-100,0%
Custo dos serviços prestados	(7.176)	(4.923)	45,8%
<b>Lucro bruto</b>	<b>393.465</b>	<b>359.224</b>	<b>9,5%</b>
<b>Despesas</b>	<b>(101.427)</b>	<b>(120.320)</b>	<b>-15,7%</b>
Gerais e administrativas	(142.238)	(120.468)	18,1%
Outras (despesas) receitas	19.908	(13.298)	-249,7%
Equivalência patrimonial	20.549	12.555	63,7%
Dividendos auferidos	354	891	-60,3%
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro</b>	<b>292.038</b>	<b>238.904</b>	<b>22,2%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>16.253</b>	<b>(27.308)</b>	<b>-159,5%</b>
Despesas financeiras	(70.404)	(61.328)	14,8%
Receitas Financeiras	86.657	34.020	154,7%
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>308.291</b>	<b>211.596</b>	<b>45,7%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(70.476)	(27.799)	153,5%
Resultado proveniente de operações descontinuadas	0	(178)	-100,0%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>237.815</b>	<b>183.619</b>	<b>29,5%</b>
Acionistas da Controladora	0	0	N/A
Participação de não controladores	-	-	-



## Receita Operacional líquida

A receita operacional líquida somou R\$ 861,9 milhões, 52,5% maior do que a receita líquida apurada no mesmo período de 2021.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2022	2021	Var %
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>861.883</b>	<b>565.054</b>	<b>52,5%</b>
<b>Fornecimento de energia</b>	<b>860.866</b>	<b>564.454</b>	<b>52,5%</b>
- Contrato de energia de reserva – CER	119.926	102.221	17,3%
- Contrato de compra de energia regulada (CCEAR)	153.305	144.903	5,8%
- Programa de Incentivo às Fontes Al. de Energia Elétrica (PROINFA)	143.665	119.643	20,1%
- Contrato ambiente de contratação livre (ACL)	351.384	62.296	464,1%
- Contrato Bilateral Regulado (CBR)	131.484	96.603	36,1%
- Mercado de curto prazo (CCEE)	30.833	80.883	-61,9%
- Tributos sobre a venda de energia elétrica	(71.682)	(42.369)	69,2%
- Outras Receitas (venda de certificados de energia renovável)	1.952	274	612,4%
<b>Outros serviços</b>	<b>1.017</b>	<b>600</b>	<b>69,5%</b>

### Contrato de Energia de Reserva (CER)

Em 2022 houve um incremento de R\$ 17,7 milhões, devido ao reajuste contratual por inflação vinculado ao IPCA além do aumento do excedente em R\$ 12,0 milhões.

As receitas decorrentes do contrato de energia de reserva (CER) são provenientes das usinas Eólicas: Energen, Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra.

### Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)

Em 2022 o aumento de R\$ 9,6 milhões quando comparado com 2021 é, em sua maior parte, decorrente do reajuste contratual por inflação vinculado ao IPCA e IGP-M e efeito da sazonalização dos contratos entre os meses, principalmente no último trimestre.

As receitas decorrentes do CCEAR são provenientes da UHE Monjolinho, PCH Santa Fé e SKER (ativos Tamar).

### Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

O aumento de R\$ 24,0 milhões em 2022 quando comparado com 2021 deu-se, essencialmente, ao reajuste vinculado ao IGP-M.

As receitas decorrentes do PROINFA são provenientes das PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa, as quais aderiram ao seguro regulatório (Resolução Normativa nº 684/ANEEL), optando pelo produto SP100 o qual transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

### **Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)**

O aumento de R\$ 294,4 milhões em 2022 quando comparado com 2021 deu-se, principalmente, aos novos contratos de vendas da comercializadora SKERCom relacionados aos ativos de Ventos de Santa Eugênia.

As receitas decorrentes do ACL são provenientes da PCH Moinho, UHE Suíça e SKER (ativos Tamar) e comercializadora SKERCom.

### **Contrato Bilateral Regulado (CBR)**

O aumento de R\$ 34,8 milhões em 2022 em comparação com 2021 ocorreu, principalmente, devido ao reajuste de inflação vinculado ao IGP-M, efeito da sazonalização dos contratos entre os meses do ano e decorrente a Cessão dos contratos de CERAN a partir de 15 de fevereiro de 2022.

As receitas decorrentes do CBR são provenientes da SKER (ativos Tamar) e Cessão dos contratos de CERAN.

### **Mercado de Curto Prazo (CCEE)**

A redução de R\$ 50,0 milhões em 2022 em comparação com 2021 ocorreu, principalmente, devido a diferença da posição energética do portfólio nos respectivos anos, atrelado ainda à diferentes níveis de PLD e GSF observados, compensado por fatores não operacionais (encargos, recontabilizações, ajustes financeiros, saldo de liquidação por inadimplência etc.) que inverteram o comportamento observado na contabilização energética na comparação com 2021.

### **Custos operacionais**

Em 2022 os custos operacionais totalizaram R\$ 468,4 milhões, um aumento de 55,0% em relação a 2020.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela a seguir:

<b>Custos Operacionais (R\$ mil)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Var %</b>
<b>Custo Total</b>	<b>468.418</b>	<b>302.155</b>	<b>55,0%</b>
<b>Custo do fornecimento de energia elétrica</b>	<b>461.242</b>	<b>297.232</b>	<b>55,2%</b>
- Depreciação e amortização	105.724	104.795	0,9%
- Encargos setoriais	32.301	21.610	49,5%
- Custo com compra de energia elétrica	304.265	157.109	93,7%
- Seguro regulatório	6.613	6.137	7,8%
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	12.339	7.581	62,7%
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>7.176</b>	<b>4.923</b>	<b>45,8%</b>
- Outros serviços	7.176	4.923	45,8%

### Depreciação e Amortização

O custo com depreciação e amortização totalizou R\$ 105,7 milhões em 2022, um aumento de 0,9% quando comparado com o ano anterior. Tal desempenho segue em linha, apontando leve variação quando comparado a 2021 devido, principalmente, à repactuação do risco hidrológico reconhecido após o 3T21, que causou um aumento no ativo intangível impactando diretamente no acréscimo de valor depreciado/amortizado, conforme Lei nº 14.052/2020, compensado pela entrada de operação de VSE.

### Encargos Setoriais

O aumento de 49,5% em 2022 quando comparado com 2021 deu-se, essencialmente, devido aos encargos relacionados a operação de Ventos de Santa Eugênia (VSE) e ao reajuste das tarifas CCD e CUSD pelo IGP-M.

### Custo com Compra de Energia Elétrica

Dentre os principais custos, a compra de energia em 2022 totalizou R\$ 304,3 milhões, representando um aumento de 93,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Grande parte foram voltadas para suprir o volume de energia vendida através da comercializadora SKERCom relacionados aos ativos de Ventos de Santa Eugênia e uma pequena parte para operações de hedge.

## Outros custos de fornecimento de energia elétrica

A variação observada entre 2022 e 2021 deve-se, principalmente, ao prêmio de seguros de construção de Ventos de Santa Eugênia e de Morro do Cruzeiro, que não são capitalizáveis.

## Outros Serviços

Neste grupo são apresentados os gastos relacionados a salários dos mantenedores das plantas e aos serviços de O&M prestados pela Controladora para suas subsidiárias. No período, houve um aumento de 45,8% nos gastos devido, principalmente, a entrada em operação de Complexo Eólico de Ventos de Santa Eugênia.

## Despesas (receitas) gerais

Em 2022 o total de despesas foi de R\$ 122,3 milhões, uma queda de 8,5% em relação a 2021.

Despesas Gerais (R\$ mil)	2022	2021	Var %
<b>Despesas Totais</b>	<b>122.330</b>	<b>133.766</b>	<b>-8,5%</b>
- Gerais e Administrativas totais	142.238	120.468	18,1%
- Salários e encargos	51.728	46.402	11,5%
- Gerais e administrativas	68.745	51.967	32,3%
- Remuneração dos administradores	10.829	9.178	18,0%
- Encargos setoriais	4.769	2.613	82,5%
- Depreciação e amortização	3.138	3.343	-6,1%
- Com estudos em desenvolvimento	3.030	6.965	-56,5%
- Outras despesas (receitas)	(19.908)	13.298	249,7%

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

## Salários e encargos

A variação observada em 2022 quando comparado a 2021, apresenta um aumento de 11,5% essencialmente devido ao crescimento do total de funcionários alinhado com o plano de crescimento da Companhia e ao acordo coletivo ocorrido em maio de 2022 aliado ao plano de bônus dos colaboradores.

## Gerais e administrativas

Em 2022, o aumento de R\$ 16,8 milhões deu-se, principalmente, por gastos com processo de diligência em projeto de M&A, além das atividades de construção não capitalizáveis.

## Remuneração dos Administradores

Nesta rubrica estão contabilizadas as despesas relativas à remuneração dos Administradores da Companhia, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais. Em 2022 os valores apurados, apresentam um aumento de R\$ 1,7 milhão quando comparado com 2021 decorrente, principalmente, do ajuste de inflação, inclusão do FGTS e novo plano de remuneração variável.

## Encargos Setoriais

Em 2022 os gastos com encargos setoriais foram maiores do que 2021 devido ao retorno das operações da PCH São João, início das atividades de VSE, além do aumento da inflação diretamente relacionado ao CFURH.

## Estudos e Desenvolvimento

Esta linha contempla os gastos com desenvolvimento de projetos que, em função do cenário regulatório em 2022, teve parte dos seus dispêndios designados para o ano seguinte, com isso apresentando redução no período. Vale destacar que ainda assim segue alinhado com a estratégia de crescimento da companhia conforme seu planejamento estratégico. As ações estão também, alinhadas com estratégias de M&A que vem sendo adotadas.

## Outras despesas (receitas)

O resultado decorrente de outras despesas ou receitas totalizou R\$ 19,9 milhões em 2022, devido, principalmente, a provisão para contingência legal de Moinho S.A, além dos ressarcimentos de lucros cessantes e danos materiais relacionados a sinistros cobertos pelo seguro e do reembolso dos gastos de desenvolvimento do projeto *greenfield* Sakura.

## Resultado de participação societária

Em 2022 o resultado de participações societárias totalizou ganho de R\$ 20,9 milhões contra um ganho de R\$ 13,4 milhões em 2021. Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Ganho (perda) provenientes participações societárias (R\$ mil)	2022	2021	Var %
- Equivalência patrimonial	20.549	12.555	63,7%
- Dividendos auferidos	354	891	-60,3%
<b>Resultado de participações</b>	<b>20.903</b>	<b>13.446</b>	<b>55,5%</b>

## Equivalência Patrimonial

Composto pelo resultado das subsidiárias Passos Maia Energética S.A. (50%) e CERAN (5%), sendo esta considerada como investimento em coligada sob o método de equivalência patrimonial, alterando assim seu método de classificação desde junho de 2022.

## Dividendos auferidos

Composta pelos dividendos reconhecidos da Dona Francisca (2,12%) e CERAN (5%).

## Resultado financeiro

Em 2022 o resultado financeiro correspondeu a uma receita líquida de R\$ 16,3 milhões contra uma despesa líquida de R\$ 27,3 milhões em 2021.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2022	2021	Var %
<b>Receitas financeiras</b>	<b>86.657</b>	<b>34.020</b>	<b>154,7%</b>
- Com aplicações financeiras (i)	85.827	24.389	251,9%
- Variação monetária ativa	652	398	63,8%
- Juros sobre contrato de mútuo	0	95	-100,0%
- Juros e correções monetárias sobre provisão para contingências	0	8.814	-100,0%
- Outras receitas financeiras	178	324	-45,1%
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(70.404)</b>	<b>(61.328)</b>	<b>14,8%</b>
- Com financiamentos (ii)	(34.420)	(28.118)	22,4%
- Comissão de fiança e garantias	0	0	N/A
- IOF, multa e juros sobre tributos	(2.155)	(1.514)	42,3%
- Variação monetária passiva	(968)	(407)	137,8%
- Concessões a pagar e outras despesas (iii)	(16.494)	(27.206)	-39,4%
- Juros sobre contrato de mútuo (iv)	(10.217)	(987)	935,2%
- Juros sobre arrendamento mercantil	(928)	(1.286)	-27,8%
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.378)	(1.370)	0,6%
- Outras despesas financeiras	(3.844)	(440)	773,6%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>16.253</b>	<b>(27.308)</b>	<b>-159,5%</b>

## Receitas Financeiras

Em 2022 as receitas financeiras totalizaram R\$ 86,7 milhões, representando um aumento de 154,7% quando comparado a 2021. Tal variação é decorrente, principalmente, (i) do maior rendimento sobre aplicações financeiras em função do maior saldo médio de caixa e CDI apurado no período.

## Despesas Financeiras

Em 2022 as despesas financeiras totalizaram R\$ 70,4 milhões, representando um aumento de 14,8% quando comparado a 2021 devido, principalmente, a (ii) aumento da alíquota de CDI compensada pelo saldo menor da dívida, (iii) por ser um ativo financeiro, houve redução das concessões a pagar devido ao impacto da inflação no saldo e (iv) maior alíquota de CDI sobre o saldo de mútuo, reversão do desconto nos juros compensados parcialmente pela baixa da provisão de IOF por conta de sua prescrição.

## Imposto de renda e contribuição social

A Statkraft optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real nas empresas SKER e SKER COM. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2022 o imposto de renda e a contribuição social tiveram um saldo negativo que totalizou R\$ 70,5 milhões, principalmente pelo maior lucro realizado e pelo impacto de R\$ 8,5 milhões devido ao ajuste de avaliação patrimonial conforme variação dos investimentos avaliados a valor justo e R\$ 15,7 milhões devido ao novo tratamento contábil referente ao CERAN (5%).

## Operações descontinuadas

Em 2022 as operações descontinuadas somaram perda de R\$ 178 mil, representando o resultado da subsidiária Enex. A Enex foi incorporada pela SKER em dezembro de 2021.

## Lucro líquido no período

Em 2022 o lucro líquido registrado foi de R\$ 237,8 milhões, um aumento de R\$ 54,2 milhões quando comparado com o 2021 conforme explicações apresentadas anteriormente.

## EBITDA e Margem EBITDA – conforme Instrução CVM 527

Em 2022 o EBITDA alcançou R\$ 400,1 milhões, em função dos efeitos apresentados anteriormente, um aumento de 15,5% em relação aos R\$ 347,0 milhões alcançados em 2021, com uma margem EBITDA de 46,5% (queda de 14,9 pontos percentuais em relação à 2021). Quando olhamos para o EBITDA recorrente, que desconsidera os efeitos da repactuação do risco hidrológico e de contingências legais, ou seja, considerando apenas os efeitos “normais” de operação, temos um total de R\$ 421,6 milhões em 2022 contra R\$ 250,7 milhões de 2021, um aumento de 68,2% com margem EBITDA de 48,9% contra 44,4% (aumento de 4,6 pontos percentuais).

EBITDA (R\$ mil)	2022	2021	Var %
Lucro (prejuízo) líquido do período	237.815	183.619	29,5%
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	70.476	27.799	153,5%
(+) Despesas financeiras líquidas	(16.253)	27.308	-159,5%
(+) Depreciação, amortização	108.862	108.138	0,7%
(+) Operação descontinuada	0	178	-100,0%
<b>EBITDA – ICVM nº 527</b>	<b>400.900</b>	<b>347.042</b>	<b>15,5%</b>
(-) Repactuação risco hidrológico	0	(96.364)	-100,0%
(+) Contingência legal	20.744	0	N/A
<b>EBITDA recorrente – ICVM nº 527</b>	<b>421.644</b>	<b>250.678</b>	<b>68,2%</b>
Receita Líquida	861.883	565.054	52,5%
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>46,5%</b>	<b>61,4%</b>	<b>-14,9 p.p</b>
<b>Margem EBITDA recorrente (%)</b>	<b>48,9%</b>	<b>44,4%</b>	<b>4,6 p.p</b>



A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

- **ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

<b>ATIVO</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>AV %</b>	<b>31.12.2020</b>	<b>AV %</b>	<b>AH %</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	186.403	5,4%	235.645	10,0%	-20,9%
Contas a receber	61.926	1,8%	54.730	2,3%	13,1%
Dividendos a receber	2.982	0,1%	3.604	0,2%	-17,3%
Estoques	8.027	0,2%	2.179	0,1%	268,4%
Tributos a recuperar	19.194	0,6%	17.297	0,7%	11,0%
Repactuação do risco hidrológico	970	0,0%	884	0,0%	9,7%
Outros ativos	14.006	0,4%	10.532	0,4%	33,0%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>293.508</b>	<b>8,5%</b>	<b>324.871</b>	<b>13,8%</b>	<b>-9,7%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Aplicação financeira restrita	14.842	0,4%	-	n/a	n/a
Contas a receber	17.424	0,5%	9.550	0,4%	82,5%
Partes relacionadas	-	n/a	-	n/a	n/a
Imposto de renda e contribuição social diferidos	180	0,0%	180	0,0%	0,0%
Repactuação do risco hidrológico	2.698	0,1%	3.668	0,2%	-26,4%
Propriedades para investimento	19.092	0,6%	19.092	0,8%	0,0%
Operações descontinuadas	-	n/a	1.992	0,1%	n/a
Investimentos ao valor justo	84.434	2,5%	40.476	1,7%	108,6%
Outros ativos	6.498	0,2%	5.995	0,3%	8,4%
Investimentos	46.892	1,4%	48.714	2,1%	-3,7%
Imobilizado	2.565.397	74,5%	1.561.815	66,5%	64,3%
Intangível	391.586	11,4%	331.439	14,1%	18,1%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>3.149.043</b>	<b>91,5%</b>	<b>2.022.921</b>	<b>86,2%</b>	<b>55,7%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3.442.551</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.347.792</b>	<b>100,0%</b>	<b>46,6%</b>

• **PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>AV %</b>	<b>31.12.2020</b>	<b>AV %</b>	<b>AH %</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	32.787	1,0%	124.009	5,3%	-73,6%
Financiamentos e debêntures	244.953	7,1%	82.413	3,5%	197,2%
Partes relacionadas	61.409	1,8%	58.972	2,5%	4,1%
Concessões a pagar	14.605	0,4%	11.537	0,5%	26,6%
Salários e encargos sociais	13.326	0,4%	8.556	0,4%	55,8%
Arrendamentos	4.261	0,1%	3.796	0,2%	12,2%
Tributos a recolher	12.839	0,4%	4.032	0,2%	218,4%
Imposto de renda e contribuição social	3.896	0,1%	1.816	0,1%	114,5%
Dividendos a pagar	8.722	0,3%	2.826	0,1%	208,6%
Outros passivos	21.829	0,6%	8.683	0,4%	151,4%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>418.627</b>	<b>12,2%</b>	<b>306.640</b>	<b>13,1%</b>	<b>36,5%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Financiamentos e debêntures	726.021	21,1%	552.035	23,5%	31,5%
Concessões a pagar	96.215	2,8%	85.050	3,6%	13,1%
Tributos a recolher	636	0,0%	349	0,0%	82,2%
Imposto de renda e contribuição social	537	0,0%	294	0,0%	82,7%
Provisão para remoção de imobilizado	65.937	1,9%	10.866	0,5%	506,8%
Arrendamentos	13.706	0,4%	13.275	0,6%	3,2%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	7.848	0,2%	38.216	1,6%	-79,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	42.344	1,2%	17.544	0,7%	141,4%
Provisão para passivo a descoberto	-	0,0%	-	0,0%	n/a
Outros passivos	2.842	0,1%	2.421	0,1%	17,4%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>956.086</b>	<b>27,8%</b>	<b>720.050</b>	<b>30,7%</b>	<b>32,8%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	1.671.910	48,6%	1.131.910	48,2%	47,7%
Reservas de Lucros	335.760	9,8%	158.036	6,7%	112,5%
Ajuste de avaliação patrimonial	60.161	1,7%	31.149	1,3%	93,1%
	2.067.831	60,1%	1.321.095	56,3%	56,5%
Participação de não controladores	7	0,0%	7	0,0%	0,0%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>2.067.838</b>	<b>60,1%</b>	<b>1.321.102</b>	<b>56,3%</b>	<b>56,5%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.442.551</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.347.792</b>	<b>100,0%</b>	<b>46,6%</b>

• **COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

R\$ mil	2021	2020	Var %
<b>Receita líquida</b>	<b>565.054</b>	<b>477.180</b>	<b>18,4%</b>
Custo do fornecimento de energia elétrica	(297.232)	(232.614)	27,8%
Repactuação do risco hidrológico	96.364	0	N/A
Custo dos serviços prestados	(4.923)	(5.693)	-13,5%
<b>Lucro bruto</b>	<b>359.224</b>	<b>238.873</b>	<b>50,4%</b>
Gerais e administrativas	(120.468)	(101.889)	18,2%
Outras (despesas) receitas	(13.298)	(27.215)	-51,1%
Equivalência patrimonial	12.555	15.177	-17,3%
Dividendos auferidos	891	5.026	-82,3%
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro</b>	<b>238.904</b>	<b>129.972</b>	<b>83,8%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(27.308)</b>	<b>(56.157)</b>	<b>-51,4%</b>
Despesas financeiras	(61.328)	(68.443)	-10,4%
Receitas Financeiras	34.020	12.286	176,9%
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>211.596</b>	<b>73.815</b>	<b>186,7%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(27.799)	(14.130)	96,7%
Resultado proveniente de operações descontinuadas	(178)	(181)	-1,6%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>183.619</b>	<b>59.504</b>	<b>208,6%</b>
Acionistas da Controladora	183.619	59.504	208,6%
Participação de não controladores	-	-	-

## Receita Operacional líquida

A receita operacional líquida somou R\$ 565,1 milhões, 18,4% maior do que a receita líquida apurada no mesmo período de 2020.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2021	2020	Var %
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>565.054</b>	<b>477.180</b>	<b>18,4%</b>
<b>Fornecimento de energia</b>	<b>564.454</b>	<b>476.731</b>	<b>18,4%</b>
- Contrato de energia de reserva – CER	102.221	90.658	12,8%
- Contrato de compra de energia regulada (CCEAR)	144.903	131.190	10,5%
- Programa de Incentivo às Fontes Al. de Energia Elétrica (PROINFA)	119.643	96.339	24,2%
- Contrato ambiente de contratação livre (ACL)	62.296	91.590	-32,0%
- Contrato Bilateral Regulado (CBR)	96.603	86.057	12,3%
- Mercado de curto prazo (CCEE)	80.883	16.855	379,9%
- Tributos sobre a venda de energia elétrica	(42.369)	(35.958)	17,8%
- Outras Receitas (venda de certificados de energia renovável)	274	0	N/A
<b>Outros serviços</b>	<b>600</b>	<b>449</b>	<b>33,6%</b>

### Contrato de Energia de Reserva (CER)

Em 2021 houve um incremento de R\$ 11,6 milhões, quando comparado com 2020, devido à resultado da maior geração advinda dos parques eólicos e de reajuste contratual por inflação vinculado ao IPCA.

As receitas decorrentes do contrato de energia de reserva (CER) são provenientes das usinas Eólicas: Energen, Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra.

### Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)

O aumento de R\$ 13,7 milhões em 2021 em relação à 2020, em sua maior parte, é decorrente do reajuste contratual por inflação vinculado ao IPCA e efeito da sazonalização dos contratos.

As receitas decorrentes do CCEAR são provenientes da UHE Monjolinho, PCH Santa Fé e SKER (ativos Tamar).

### Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

O aumento de R\$ 23,3 milhões em 2021 quando comparado com 2020 deve-se, essencialmente, ao reajuste vinculado ao IGP-M.

As receitas decorrentes do PROINFA são provenientes das PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa, as quais adeririam ao seguro regulatório (Resolução Normativa nº 684/ANEEL), optando pelo produto SP100 o qual transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

### Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)

A redução de R\$ 29,3 milhões no acumulado em 2021 em relação à 2020 deu-se devido a questões comerciais, estratégia de mercado, operações de hedge, reajuste de inflação vinculados ao IGP-M, além da menor sazonalidade em dezembro 2021.

As receitas decorrentes do ACL são provenientes da PCH Moinho, UHE Suiça e SKER (ativos Tamar).

### Contrato Bilateral Regulado (CBR)

O aumento de R\$10,5 milhões em 2021 em comparação com 2020 ocorreu, principalmente, devido ao reajuste de inflação vinculado ao IGP-M e efeito da sazonalização dos contratos.

As receitas decorrentes do CBR são provenientes da SKER (ativos Tamar).

### Mercado de Curto Prazo (CCEE)

O aumento de R\$ 64 milhões em 2021 quando comparado com 2020 ocorreu, principalmente, devido ao elevado volume de operações de compra para fins de hedge no ano de 2021, as quais aumentaram o volume do recurso energético na CCEE, que por sua vez é valorado à PLD. Adicionalmente, observou-se um aumento do recurso oriundo da Repactuação do Risco Hidrológico em função de um GSF mais acentuado em 2021.

### Custos operacionais

Em 2021 os custos operacionais totalizaram R\$ 145,0 milhões, um aumento de 1,0% em relação ao mesmo período de 2020.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela a seguir:

Custos Operacionais (R\$ mil)	2021	2020	Var %
<b>Custo Total</b>	<b>145.046</b>	<b>143.673</b>	<b>1,0%</b>
<b>Custo do fornecimento de energia elétrica</b>	<b>140.123</b>	<b>137.980</b>	1,6%
- Depreciação e amortização	104.795	103.220	1,5%
- Encargos setoriais	21.610	16.334	32,3%
- Seguro regulatório	6.137	5.277	16,3%
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	7.581	13.149	-42,3%
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>4.923</b>	<b>5.693</b>	<b>-13,5%</b>
- Outros serviços	4.923	5.693	-13,5%

### Depreciação e Amortização

Em 2021, o custo com depreciação e amortização totalizou R\$ 104,8 milhões, aumento de 1,5% (+R\$ 1,6 milhões) em relação a 2020 quando totalizou R\$ 103,2 milhões). Tais

desempenhos devem-se principalmente à repactuação do risco hidrológico que foi reconhecido durante o 3T21, parcialmente diluído pela extensão do prazo de concessão.

### **Encargos Setoriais**

O aumento de 32,3% em 2021 na comparação com 2020 deve-se, principalmente, à diferença no tratamento entre custos e despesas, adotada a partir do 2T20 e ao reajuste do IGP-M nas tarifas de CCD e CUSD, bem como a revisão tarifária sobre a TUSD.

### **Custo com Compra de Energia Elétrica**

O cenário brasileiro de geração hidrelétrica nos últimos anos tem exigido atenção aos efeitos que afetam significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos em relação ao GSF. Os anos de 2020 e 2021, da mesma forma, tem exigido da Companhia iniciativas para mitigar o efeito hidrológico. A baixa hidrologia, por sua vez, impactou os custos de operação o sistema e o consumidor de energia elétrica. Com menos chuvas, as hidrelétricas produzem menos, exigindo que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) utilize as térmicas para atender a caga.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

Em 2021 o valor gasto com compra de energia elétrica somou R\$ 157,1 milhões contra o valor de R\$ 94,6 milhões em 2020. Tais variações são decorrentes das alterações no cenário hidrológico e as ações acima descritas.

### **Outros custos de fornecimento de energia elétrica**

Em 2021 esta rubrica era composta essencialmente pelo prêmio do seguro contra risco operacional, de responsabilidade civil e construção. A variação observada deve-se essencialmente ao encerramento do contrato de O&M dos parques eólicos da Bahia, cuja atividade foi internalizada ao final de 2020.

### **Outros Serviços**

Neste grupo são apresentados os gastos relacionados a salários dos mantenedores das plantas e aos serviços de O&M prestados pela Controladora para suas subsidiárias.

### **Despesas (receitas) gerais**

Em 2021 o total de despesas foi de R\$ 133,8 milhões, um aumento de 3,6% em relação ao mesmo período de 2020.

Despesas Gerais (R\$ mil)	2021	2020	Var %
<b>Despesas Totais</b>	<b>133.766</b>	<b>129.104</b>	<b>3,6%</b>
- <b>Gerais e Administrativas totais</b>	<b>120.468</b>	<b>101.889</b>	<b>18,2%</b>
- Salários e encargos	46.402	35.364	31,2%
- Gerais e administrativas	51.967	32.632	59,3%
- Remuneração dos administradores	9.178	9.246	-0,7%
- Encargos setoriais	2.613	5.710	-54,2%
- Depreciação e amortização	3.343	2.909	14,9%
- Com estudos em desenvolvimento	6.965	16.028	-56,5%
- <b>Outras despesas (receitas)</b>	<b>13.298</b>	<b>27.215</b>	<b>-51,1%</b>

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

### Salários e encargos

A variação observada em 2021, quando comparado com 2020, deve-se, essencialmente, ao crescimento do total de funcionários, ao acordo coletivo e a revisão no cálculo da participação de lucros e resultados.

### Gerais e administrativas

Em 2021 houve um aumento de R\$ 19,3 milhões respectivamente quando comparado com 2020 devido a um aumento dos gastos com terceiros e materiais, em parte relacionados às obras para recuperação do túnel da PCH São João e as despesas com licenças e permissões ambientais para a construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia.

### Remuneração dos Administradores

Nesta rubrica estão contabilizadas as despesas relativas à remuneração dos Administradores da Companhia, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais. Em 2021 os valores apurados, apresentaram diminuição de 0,7%, quando comparado com 2020, decorrente de um menor número de diretores estatutários, parcialmente compensando pelo reajuste de inflação.

### Encargos Setoriais

Em 2021, observou-se uma diminuição de 54,2%, ocasionado, essencialmente, por menores despesas com CFURH na Monel e Tamar, em linha com a menor produção e impactado pela diferença no tratamento entre custos e despesas, adotada a partir do 2T20.

### Estudos e Desenvolvimento

Em 2021 a Companhia incorreu em gastos com o desenvolvimento de negócios, em linha com o plano estratégico da Companhia.

### Outras despesas (receitas)



O resultado decorrente de outras despesas ou receitas totalizou despesas no valor de R\$13,3 milhões em 2021 devido, principalmente, pela perda com baixa e avaliação a valor justo de ativo imobilizado, devido uma mudança na premissa onde não foi considerada a extensão da concessão dos ativos no modelo de “*impairment*”. Além de R\$ 8,8 milhões de receitas não recorrentes referentes a acordos com terceiros e pelo reconhecimento de R\$ 7,7 milhões referentes a reembolsos de sinistros e indenizações.

### Resultado de participação societária

Em 2021 o resultado de participações societárias totalizou ganho de R\$ 13,5 milhões contra um ganho de R\$ 20,2 milhões em 2020. Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Ganho (perda) provenientes participações societárias (R\$ mil)	2021	2020	Var %
- Equivalência patrimonial	12.555	15.177	-17,3%
- Dividendos auferidos	891	5.026	-82,3%
<b>Resultado de participações</b>	<b>13.446</b>	<b>20.203</b>	<b>-33%</b>

### Equivalência Patrimonial

Composto pelo resultado da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), sendo as variações decorrentes dos efeitos do cenário hidrológico além de positivamente afetada pela da adesão a lei 14.052/2020 (reapctuação do Risco Hidrológico).

### Dividendos auferidos

Composto pelos dividendos recebidos de CERAN (5%) e Donas Francisca (2,12%).

### Resultado financeiro

Em 2021 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 27,3 milhões que representa uma diminuição de 51,4% em relação ao mesmo período de 2020 quando a companhia teve uma despesa líquida de R\$ 56,0 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

<b>Resultado Financeiro (R\$ mil)</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Var %</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>34.020</b>	<b>12.286</b>	<b>176,9%</b>
- Com aplicações financeiras (i)	24.389	10.848	124,8%
- Variação monetária ativa	398	1.243	-68,0%
- Juros sobre contrato de mútuo	95	163	-41,7%
- Juros e correções monetárias sobre provisão para contingências (ii)	8.814	0	N/A
- Outras receitas financeiras	324	32	912,5%
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(61.328)</b>	<b>(68.443)</b>	<b>-10,4%</b>
- Com financiamentos (iii)	(28.118)	(30.116)	-6,6%
- Comissão de fiança e garantias	0	(20)	-100,0%
- IOF, multa e juros sobre tributos	(1.514)	(1.083)	39,8%
- Variação monetária passiva	(407)	(346)	17,6%
- Concessões a pagar e outras despesas (iv)	(27.206)	(28.902)	-5,9%
- Juros sobre contrato de mútuo	(987)	(217)	354,8%
- Juros sobre arrendamento mercantil	(1.286)	(1.144)	12,4%
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.370)	(1.827)	-25,0%
- Outras despesas financeiras (v)	(440)	(4.788)	-90,8%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(27.308)</b>	<b>(56.157)</b>	<b>-51,4%</b>

## Receitas Financeiras

Em 2021 as receitas financeiras atingiram o total de R\$ 34,0 milhões, um crescimento de 176,9% em relação à 2020. Tal variação é decorrente, principalmente, (i) do maior rendimento sobre aplicações financeiras em função do maior saldo médio de caixa e CDI apurado no período e (ii) pelo reconhecimento da atualização monetária do resultado arbitral da PCH Moinho, em R\$ 8,8 milhões.

## Despesas Financeiras

Em 2021 as despesas financeiras atingiram R\$ 61,3 milhões apresentando diminuição de R\$ 7,1 milhões na comparação com 2020 devido a: (iii) diminuição das despesas com financiamento por conta da capitalização dos juros do empréstimo ponte, destinado às atividades de construção, (iv) diminuição da linha de concessões a pagar em função do menor efeito do IGPM sobre a UBP, além da (v) atualização do preço do ajuste do anuênio de Energen, causando um efeito foi R\$ 1,8 milhão abaixo do provisionado, reduzindo assim a linha de outras despesas financeiras.

## Imposto de renda e contribuição social

A Statkraft optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real nas empresas SKER, SKER COM e Enex. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2021 o imposto de renda e a contribuição social somaram saldo negativo de R\$ 27,8 milhões, sendo R\$ 4,5 milhões referente ao resultado arbitral da PCH Moinho, além de renegociação do risco hidrológico - GSF (- R\$ 22,7 milhões), parcialmente compensado pelo imposto diferido ao ajuste pelo valor justo do CERAN e DFESA (R\$ 12,1 milhões) e Santa Fé pelo excesso de valor (R\$ 2,9 milhões).

### Operações descontinuadas

Em 2021 as operações descontinuadas somaram perda de R\$ 178 mil, representando o resultado da subsidiária Enex. A Enex foi incorporada pela SKER em dezembro de 2021.

### Lucro líquido no período

Em 2021 o lucro líquido foi de R\$ 183,7 milhões contra R\$ 59,5 milhões de 2020, um aumento de 208,6%.

### EBITDA e Margem EBITDA – conforme Instrução CVM 527

Em 2021 o EBITDA alcançou R\$ 347,0 milhões, em função dos efeitos apresentados anteriormente, um aumento de 47,0% em relação aos R\$ 236,1 milhões alcançados no mesmo período de 2020, com uma margem EBITDA de 61,45% (crescimento de 11,9 pontos percentuais em relação à 2020).

EBITDA (R\$ mil)	2021	2020	Var %
Lucro (prejuízo) líquido do período	183.619	59.504	208,6%
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	27.799	14.130	96,7%
(+) Despesas financeiras líquidas	27.308	56.157	-51,4%
(+) Depreciação, amortização	108.138	106.129	1,9%
(+) Operação descontinuada	178	181	-1,6%
<b>EBITDA – ICVM nº 527</b>	<b>347.042</b>	<b>236.101</b>	<b>47,0%</b>
Receita Líquida	565.054	477.180	18,4%
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>61,4%</b>	<b>49,5%</b>	<b>11,9 p.p</b>

A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

- **ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

<b>ATIVO</b>	<b>31.12.2020</b>	<b>AV %</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>AV %</b>	<b>AH %</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	186.403	5,4%	235.645	10,0%	-20,9%
Contas a receber	61.926	1,8%	54.730	2,3%	13,1%
Dividendos a receber	2.982	0,1%	3.604	0,2%	-17,3%
Estoques	8.027	0,2%	2.179	0,1%	268,4%
Tributos a recuperar	19.194	0,6%	17.297	0,7%	11,0%
Repactuação do risco hidrológico	970	0,0%	884	0,0%	9,7%
Outros ativos	14.006	0,4%	10.532	0,4%	33,0%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>293.508</b>	<b>8,5%</b>	<b>324.871</b>	<b>13,8%</b>	<b>-9,7%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Aplicação financeira restrita	14.842	0,4%	-	n/a	n/a
Contas a receber	17.424	0,5%	9.550	0,4%	82,5%
Partes relacionadas	-	n/a	-	n/a	n/a
Imposto de renda e contribuição social diferidos	180	0,0%	180	0,0%	0,0%
Repactuação do risco hidrológico	2.698	0,1%	3.668	0,2%	-26,4%
Propriedades para investimento	19.092	0,6%	19.092	0,8%	0,0%
Operações descontinuadas	-	n/a	1.992	0,1%	n/a
Investimentos ao valor justo	84.434	2,5%	40.476	1,7%	108,6%
Outros ativos	6.498	0,2%	5.995	0,3%	8,4%
		0,0%		0,0%	n/a
Investimentos	46.892	1,4%	48.714	2,1%	-3,7%
Imobilizado	2.565.397	74,5%	1.561.815	66,5%	64,3%
Intangível	391.586	11,4%	331.439	14,1%	18,1%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>3.149.043</b>	<b>91,5%</b>	<b>2.022.921</b>	<b>86,2%</b>	<b>55,7%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3.442.551</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.347.792</b>	<b>100,0%</b>	<b>46,6%</b>

• **PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>31.12.2020</b>	<b>AV %</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>AV %</b>	<b>AH %</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	32.787	1,0%	124.009	5,3%	-73,6%
Financiamentos e debêntures	244.953	7,1%	82.413	3,5%	197,2%
Partes relacionadas	61.409	1,8%	58.972	2,5%	4,1%
Concessões a pagar	14.605	0,4%	11.537	0,5%	26,6%
Salários e encargos sociais	13.326	0,4%	8.556	0,4%	55,8%
Arrendamentos	4.261	0,1%	3.796	0,2%	12,2%
Tributos a recolher	12.839	0,4%	4.032	0,2%	218,4%
Imposto de renda e contribuição social	3.896	0,1%	1.816	0,1%	114,5%
Dividendos a pagar	8.722	0,3%	2.826	0,1%	208,6%
Outros passivos	21.829	0,6%	8.683	0,4%	151,4%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>418.627</b>	<b>12,2%</b>	<b>306.640</b>	<b>13,1%</b>	<b>36,5%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Financiamentos e debêntures	726.021	21,1%	552.035	23,5%	31,5%
Concessões a pagar	96.215	2,8%	85.050	3,6%	13,1%
Tributos a recolher	636	0,0%	349	0,0%	82,2%
Imposto de renda e contribuição social	537	0,0%	294	0,0%	82,7%
Provisão para remoção de imobilizado	65.937	1,9%	10.866	0,5%	506,8%
Arrendamentos	13.706	0,4%	13.275	0,6%	3,2%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	7.848	0,2%	38.216	1,6%	-79,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	42.344	1,2%	17.544	0,7%	141,4%
Provisão para passivo a descoberto	-	0,0%	-	0,0%	n/a
Outros passivos	2.842	0,1%	2.421	0,1%	17,4%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>956.086</b>	<b>27,8%</b>	<b>720.050</b>	<b>30,7%</b>	<b>32,8%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	1.671.910	48,6%	1.131.910	48,2%	47,7%
Reservas de Lucros	335.760	9,8%	158.036	6,7%	112,5%
Ajuste de avaliação patrimonial	60.161	1,7%	31.149	1,3%	93,1%
	2.067.831	60,1%	1.321.095	56,3%	56,5%
Participação de não controladores	7	0,0%	7	0,0%	0,0%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>2.067.838</b>	<b>60,1%</b>	<b>1.321.102</b>	<b>56,3%</b>	<b>56,5%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.442.551</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.347.792</b>	<b>100,0%</b>	<b>46,6%</b>

• **COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

R\$ mil	2020	2019	Var %
<b>Receita líquida</b>	<b>477.180</b>	<b>438.070</b>	<b>8,93%</b>
Custo do fornecimento de energia elétrica	(232.614)	(213.625)	8,89%
Custo dos serviços prestados	(5.693)	(5.217)	9,12%
<b>Lucro bruto</b>	<b>238.873</b>	<b>219.228</b>	<b>8,96%</b>
Gerais e administrativas	(101.889)	(94.785)	7,49%
Outras (despesas) receitas	(27.215)	(22.370)	21,66%
Equivalência patrimonial	15.177	6.291	141,25%
Dividendos auferidos	5.026	4.314	16,50%
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro</b>	<b>129.972</b>	<b>112.678</b>	<b>15,35%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(56.157)</b>	<b>(39.559)</b>	<b>41,96%</b>
Despesas financeiras	(68.443)	(62.605)	9,33%
Receitas Financeiras	12.286	23.046	-46,69%
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>73.815</b>	<b>73.119</b>	<b>0,95%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(14.130)	(28.159)	-49,82%
Resultado proveniente de operações descontinuadas	(181)	276	165,58%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>59.504</b>	<b>45.236</b>	<b>31,54%</b>
Acionistas da Controladora	59.504	45.236	31,54%
Participação de não controladores	-	-	n/a

### Receita Operacional líquida

Em 2020 a receita líquida apurada foi de R\$ 477,2 milhões, aumento de 8,9% na comparação com 2019. Tal variação justifica-se pela correção dos preços dos contratos de venda de energia, em adição ao efeito do Mercado de Curto Prazo.

Ressaltamos que o resultado líquido do efeito do MCP (Mercado de Curto Prazo) é conjunto com a linha de “Compra de Energia”, classificada no custo da energia vendida (abaixo demonstrada). A variação líquida no resultado do MCP deve-se, essencialmente, às variações nos custos com compra de energia, razão pela qual estão apresentadas abaixo, no grupo de custo.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2020	2019	Var %
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>477.180</b>	<b>438.070</b>	<b>8,9%</b>
<b>Fornecimento de energia</b>	<b>476.731</b>	<b>437.244</b>	<b>9,0%</b>
- Contrato de energia de reserva – CER	90.658	98.446	-7,9%
- Contrato de compra de energia regulada (CCEAR)	135.254	136.835	-1,2%
- Programa de Incentivo às Fontes Al. de Energia Elétrica (PROINFA)	98.361	97.133	1,3%
- Contrato ambiente de contratação livre (ACL)	113.042	52.071	117,1%
- Contrato Bilateral Regulado (CBR)	75.374	82.783	-8,9%
- Tributos sobre a venda de energia elétrica	(35.958)	(30.024)	19,8%
<b>Outros serviços</b>	<b>449</b>	<b>826</b>	<b>-45,6%</b>

### Contrato de Energia de Reserva (CER)

A queda de R\$ 7,8 milhões no ano é resultado da menor geração advinda dos parques eólicos. Apesar da redução observada, os níveis de receita permanecem acima da energia contratada.

As receitas decorrentes do contrato de energia de reserva (CER) são provenientes das usinas Eólicas: Energen, Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra.

### Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)

A queda de R\$ 1,3 milhão em 2020 quando comparado com 2019 é decorrente da variação do efeito do mercado de curto prazo, atenuado pela correção contratual dos preços.

As receitas decorrentes do CCEAR são provenientes da UHE Monjolinho, PCH Santa Fé e SKER (ativos Tamar).

### Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

O aumento de R\$ 1,2 milhão em 2020 comparado ao ano anterior deve-se a correção dos preços do PPA, parcialmente compensado pelo efeito do mercado de curto prazo.

As receitas decorrentes do PROINFA são provenientes das PCH Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa.

### Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)

O aumento em 2020, equivalente a R\$ 61,0 milhões, na comparação com 2019, deve-se, essencialmente, à variação no efeito do Mercado de Curto Prazo, além da correção contratual dos preços.

As receitas decorrentes do ACL são provenientes da PCH Moinho e SKER (ativos Tamar).



## Contrato Bilateral Regulado (CBR)

A redução de R\$ 7,4 milhões em 2020 é decorrente da variação do efeito do mercado de curto prazo, atenuados pela correção contratual dos preços.

As receitas decorrentes do CBR são provenientes da SKER (ativos Tamar).

## Custos operacionais

Em 2020 os custos operacionais somaram R\$ 238,3 milhões, aumento de 8,9%, na comparação com 2019, quando o valor foi de R\$ 218,8 milhões.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custos Operacionais (R\$ mil)	2020	2019	Var %
<b>Custo Total</b>	<b>238.307</b>	<b>218.842</b>	<b>8,9%</b>
<b>Custo do fornecimento de energia elétrica</b>	<b>232.614</b>	<b>213.625</b>	8,9%
- Depreciação e amortização	103.220	114.364	-9,7%
- Encargos setoriais	16.334	13.702	19,2%
- Custo com compra de energia elétrica	94.634	66.344	42,6%
- Seguro regulatório	4.947	5.376	-8,0%
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	13.479	13.839	-2,6%
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>5.693</b>	<b>5.217</b>	9,1%
- Outros serviços	5.693	5.217	9,1%

## Depreciação e Amortização

A variação de 9,7%, equivalentes a R\$ 11,1 milhões, na comparação de 2020 com 2019, deve-se à mudança na estimativa de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil técnica dos ativos imobilizados limitadas ao prazo de concessão ou da autorização para as usinas eólicas e a vida útil estabelecida pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) para as usinas hídricas.

## Encargos Setoriais

A variação de 19,2% em 2020 deve-se, essencialmente, à diferença no tratamento entre custos e despesas. Em 2020, os encargos setoriais relativos a custos incorridos com TUSD e CUST foram reclassificados da rubrica de despesas gerais e administrativas para custos na geração de energia elétrica.

## Custo com Compra de Energia Elétrica

O cenário brasileiro de geração hidrelétrica nos últimos anos tem exigido atenção aos efeitos que afetam significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos em relação ao GSF. Os anos de 2019 e 2020, da mesma forma, tem exigido da Companhia iniciativas para mitigar o efeito hidrológico. Segundo dados da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), o Brasil teve o sétimo pior ciclo hidrológico da história

no ano de 2019. A baixa hidrologia, por sua vez, impactou os custos de operação o sistema e o consumidor de energia elétrica. Com menos chuvas, as hidrelétricas produzem menos, exigindo que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) utilize as térmicas para atender a caga.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

Em 2020 o valor gasto com compra de energia elétrica somou R\$ 94,6 milhões, comparado ao valor de R\$ 66,3 milhões em 2019. Quando observamos o custo com a compra de energia do Mercado de Curto Prazo, líquido das receitas advindas do Mercado de Curto Prazo, o resultado em 2020 representou um custo líquido de R\$ 40,9 milhões, incluindo custo líquido de R\$ 5,4 milhões em função da paralização da PCH São João.

Tais variações são decorrentes das alterações no cenário hidrológico e as ações acima descritas.

### Outros custos de fornecimento de energia elétrica

Os outros custos de fornecimento de energia são compostos, essencialmente, por serviços contratados para as atividades de manutenção e operação dos ativos da Statkraft, bem como os seguros contra risco operacional e responsabilidade civil. Em adição, a partir do 3T19, passou a ser apresentado neste grupo créditos de PIS/Cofins sobre depreciação/amortização.

Em 2020 esta rubrica somou R\$ 13,5 milhões, representando redução de R\$ 0,4 milhão na comparação com 2019.

### Outros Serviços

Neste grupo são apresentados os gastos relacionados aos serviços administrativos e O&M prestados pela Controladora para suas subsidiárias.

### Despesas (receitas) gerais

Em 2020 as despesas gerais somaram R\$ 129,1, aumento de 10,2% na comparação com 2019.

Despesas Gerais (R\$ mil)	2020	2019	Var %
<b>Despesas Totais</b>	<b>129.105</b>	<b>117.155</b>	<b>10,2%</b>
- Gerais e Administrativas totais	101.889	94.785	7,5%
- Gerais e administrativas	67.996	61.999	9,7%
- Remuneração dos administradores	9.246	7.770	19,0%
- Encargos setoriais	5.710	7.819	-27,0%
- Depreciação e amortização	2.909	2.057	41,4%
- Com estudos em desenvolvimento	16.028	15.140	5,9%
- Outras despesas (receitas)	27.216	22.370	21,7%

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

### **Gerais e administrativas**

No ano, o aumento de 9,7% quando comparado a 2019 é explicado pelo aumento de posições para atender o plano de crescimento da Companhia.

### **Remuneração dos Administradores**

Nesta rubrica estão contabilizadas as despesas relativas à remuneração dos Diretores da Companhia, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais. Em 2020 os valores apurados foram de R\$ 9,2 milhões, representando aumento de 19,0% na comparação com o ano anterior. O aumento ocorreu em função (i) do efeito inflacionário sobre honorário – 4,0%, (ii) do efeito da efetivação do Diretor de Gestão em 01/10/2019 e (iii) do fato de uma posição do Conselho Fiscal ter ficado vaga por 4 meses em 2019.

### **Encargos Setoriais**

A variação observada nessa rubrica deve-se, essencialmente, à diferença no tratamento entre custos e despesas e por menores despesas com CFURH na Monel, em linha com a menor produção. Em 2020, os encargos setoriais relativos a custos incorridos com TUSD e CUST foram reclassificados da rubrica de despesas gerais e administrativas para custos na geração de energia elétrica.

### **Estudos e Desenvolvimento**

Em 2020 a Companhia incorreu em gastos com o desenvolvimento de negócios, em linha com o plano estratégico da Companhia.

### **Outras despesas (receitas)**

O resultado decorrente de outras despesas ou receitas em 2020 totalizou uma despesa líquida de R\$ 27,2 milhões. O resultado foi impactado, essencialmente, pela provisão de *impairment* da PCH São João, de R\$ 32,7 milhões, compensando pela reversão de provisão para perda em ativos relativos a propriedades da Companhia, cujo valor foi de R\$ 3,9 milhões.

### **Resultado de participação societária**

Em 2020 o valor apurado foi equivalente a um ganho de R\$ 20,2 milhões. Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

<b>Ganho (perda) provenientes participações societárias (R\$ mil)</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Var %</b>
- Equivalência patrimonial	15.177	6.291	141,2%
- Dividendos auferidos	5.026	4.314	16,5%
<b>Resultado de participações</b>	<b>20.203</b>	<b>10.605</b>	<b>90,5%</b>

## Equivalência Patrimonial

Composto pelo resultado da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), que foi afetado positivamente pela estratégia de gestão de energia adotada pela Companhia no intuito de mitigar os riscos advindos do cenário hidrológico.

## Dividendos auferidos

Composto pelos dividendos recebidos de CERAN (5%) e Donas Francisca (2,12%).

## Resultado financeiro

Em 2020 o resultado foi uma despesa líquida de R\$ 56,2 milhões, aumento de R\$ 16,6 milhões, na comparação com 2019.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2020	2019	Var %
<b>Receitas financeiras</b>	<b>12.286</b>	<b>23.046</b>	<b>-46,7%</b>
- Com aplicações financeiras (i)	10.848	23.205	-53,3%
- Variação monetária ativa	1.243	-	N/A
- Outras receitas financeiras	195	(159)	N/A
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(68.443)</b>	<b>(62.605)</b>	<b>9,3%</b>
- Com financiamentos (ii)	(30.116)	(42.668)	-29,4%
- Comissão de fiança e garantias	(20)	(14)	42,9%
- IOF, multa e juros sobre tributos	(1.083)	(875)	23,8%
- Variação monetária passiva	(346)	(116)	198,3%
- Concessões a pagar e outras despesas (iii)	(28.902)	(10.726)	169,5%
- Juros sobre contrato de mútuo	(217)	(1.577)	-86,2%
- Juros sobre arrendamento mercantil	(1.144)	(1.196)	-4,3%
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.827)	(692)	164,0%
- Outras despesas financeiras	(4.788)	(4.741)	1,0%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(56.157)</b>	<b>(39.559)</b>	<b>42,0%</b>

## Receitas Financeiras

Em 2020 as receitas financeiras atingiram R\$ 12,3 milhões, representando redução de R\$ 10,8 milhões na comparação com 2019. Tal variação é decorrente, principalmente, do (i) menor rendimento sobre aplicações financeiras em função da menor curva de CDI apurada no período.

## Despesas Financeiras

Em 2020 as despesas financeiras atingiram R\$ 20,9 milhões e R\$ 68,4 milhões, apresentando aumento de R\$ 4,0 milhões e R\$ 5,8 milhões na comparação com os mesmos períodos do ano anterior. O aumento deve-se a (i) variação das despesas financeiras sobre concessão a pagar (UBP) em função da curva de IGP-M apurado no

período, (ii) pagamento da taxa de análise de viabilidade dos projetos junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no valor de R\$ 3,0 milhões e (iii) taxa de pré-pagamento da dívida junto ao BNDES na operação de *liability management*, ambas afetando outras despesas financeiras. Tais aumentos foram compensados parcialmente pela menor capitalização de juros por conta do pré-pagamentos das dívidas das subsidiárias da Companhia, com consequente redução do custo médio.

### Imposto de renda e contribuição social

A Statkraft optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2020 o imposto de renda e a contribuição social somaram saldo negativo de R\$ 14,1 milhões.

### Operações descontinuadas

Em 2020 as operações descontinuadas somaram receita de R\$ 181 mil, representando o resultado da subsidiária Enex.

### Lucro líquido no período

Em 2020 foi registrado resultado líquido de R\$ 59,5 milhões, comparado ao resultado de R\$ 45,2 milhões registrados em 2019.

### EBITDA e Margem EBITDA – conforme Instrução CVM 527

O EBITDA alcançou R\$ 236,1 milhões em 2020, apresentando um aumento de R\$ 7,0 milhões em relação a 2019, em função dos efeitos apresentados anteriormente. A margem EBITDA apresentou queda de 2,8 p.p. na comparação entre os períodos, passando de 52,3% para 49,5% da receita operacional líquida no 2019 e 2020.

EBITDA (R\$ mil)	2020	2019	Var %
Lucro (prejuízo) líquido do período	59.504	45.236	31,5%
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	14.130	28.159	-49,8%
(+) Despesas financeiras líquidas	56.157	39.559	42,0%
(+) Depreciação, amortização	106.129	116.421	-8,8%
(+) Operação descontinuada	181	(276)	N/A
<b>EBITDA – ICVM nº 527</b>	<b>236.101</b>	<b>229.099</b>	<b>3,1%</b>
Receita Líquida	477.180	438.070	8,9%
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>49,5%</b>	<b>52,3%</b>	<b>-2,8</b>

A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

## 2.2 Os diretores devem comentar:

### a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras publicadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não apresentam alterações nas práticas contábeis.

### b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras publicadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não apresentam alterações nas práticas contábeis.

### c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

As demonstrações financeiras publicadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não apresentam ressalvas.

## 2.3 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, as estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As premissas para estas estimativas estão divulgadas na Nota 3 das demonstrações financeiras.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.



## **Contas a receber**

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de: (i) venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras; (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento; (iii) serviços prestados de operação e manutenção operacional (O&M). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”), se aplicável.

## **Ativos não circulantes mantidos para venda**

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo valor justo.

## **Demais ativos circulantes e não circulantes**

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL), decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas.

As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de Seguro Operacional e Risco Civil, são apropriados *pro rata temporis* ao longo do prazo de cobertura.

As despesas com seguro regulatório são reconhecidas pelo seu valor presente calculado com base no IPCA anual projetado e, assim como as despesas financeiras incorridas, são apropriadas ao longo do prazo de outorga da usina ou do contrato de venda de energia conforme contrato de repactuação do risco hidrológico.

## **Imobilizado**

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da sua depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil técnica dos ativos imobilizados limitadas ao prazo de concessão ou da autorização para as usinas eólicas e a vida útil estabelecida pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) para as usinas hídricas, conforme detalhado na nota explicativa nº 3.1 das demonstrações financeiras.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.



Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

## **Intangível**

### **(a) *Ágio***

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

### **(b) *Uso do bem público***

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

## **Propriedades para investimento**

O saldo apresentado no grupo de "propriedades para investimento" representa o valor justo dos investimentos realizados em terras pela Companhia. Anualmente, a Companhia efetua a avaliação destes valores justos, que são ajustados contra o resultado caso diferenças sejam identificadas em relação à avaliação do ano anterior.

## **Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

## **Financiamentos e debêntures**

Os financiamentos e debêntures tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos e debêntures tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

## **Concessões a pagar**

É registrado inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado, atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,50%.

## **Provisões, ativos e passivos contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação

presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Statkraft Energias Renováveis S.A., com base em opinião de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

## **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

### ***Imposto de renda e contribuição social correntes***

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### ***Lucro real***

O imposto de renda e a contribuição social, geralmente são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

### ***Lucro presumido***

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é

calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

A Companhia e sua controlada Statkraft Comercialização de Energia S.A. se enquadram no regime do lucro real, enquanto suas controladas aplicam o regime do lucro presumido.

### ***Imposto de renda e contribuição social diferidos***

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

### **Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

### **Capital Social**

A companhia somente possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

### **Lucro por ação**

A Companhia calcula o lucro por ação utilizando a média ponderada de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, não há diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído por ação.

### **Reconhecimento da receita**

#### **(a) Venda de energia elétrica**

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado quando a transferência de riscos e benefícios sobre a energia contratada se estabelece. Para as usinas que não fazem parte do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia, essa

transferência se dá conforme a disponibilização da energia elétrica gerada no SIN - Sistema Integrado Nacional. Para aquelas usinas hídricas que fazem parte do MRE, a receita é reconhecida conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do GSF (Generation Scalling Factor), que reduz a garantia física das usinas, e, por consequência, suas receitas.

Os contratos negociados no ambiente de contratação livre (ACL), firmam a venda de energia elétrica por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes através de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo de acordo com a estratégia interna do Grupo.

Os contratos negociados no ambiente de contratação regulado (ACR), transacionam as vendas de energia elétrica por meio de leilão com preços e volumes já estipulados também via contratos bilaterais, podendo ter periodicidade de curto e longo prazo. Para as usinas com contratos regulados, a não geração do volume contratado obriga as mesmas a realizar a compra do respectivo volume para cumprimento do contrato regulado.

#### ***(b) Venda da prestação de serviços de O&M - Operação e Manutenção***

São reconhecidas quando ocorre a entrega da prestação de serviços de O&M verificando se os benefícios econômicos derivados desta operação fluirão para entidade. A mensuração ocorre tanto pelo método linear quanto por medição de estágio de execução, a depender da natureza de cada serviço prestado.

### **Benefícios a empregados**

#### ***(a) Participação nos lucros e bônus***

O grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria, que leva em conta o resultado obtido no período.

O pagamento de participação nos lucros e bônus constitui a remuneração variável e são embasados no alcance das metas individuais e objetivos empresariais.

### **Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

#### ***a) Vida útil do ativo imobilizado***

O Grupo estima a vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

**b) *Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração***

O Grupo realiza, a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre:

(i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos por meio da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, e “Intangível” e “Propriedades para investimento”.

**c) *Valor justo de instrumentos financeiros***

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados.

O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

**d) *Custos de desmobilização dos parques eólicos***

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros.



Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

**e) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas**

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

**f) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais**

**g)** Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos com base na expectativa de lucro futuro das companhias que geram tais prejuízos. **Mútuo passivo entre partes relacionadas**

A classificação do mútuo passivo com partes relacionadas leva em consideração a interpretação da Companhia em relação às características, condições, documentação, regras e ritos de governança estabelecidos para a realização desse tipo de operação.

A Companhia mantém registrado o valor de R\$66.797, correspondente a passivo de mútuo com partes relacionadas. A natureza de tal obrigação vem sendo contestada por acionista não controlador que não reconhece a existência de uma obrigação contratual de entrega de caixa por parte da Companhia. O assunto está em processo de arbitragem entre as partes e, na data das demonstrações financeiras, consistiu, portanto, em um julgamento crítico da administração que concluiu, com base em pareceres jurídicos obtidos, que a classificação mais adequada, na data das demonstrações financeiras, seria o registro como passivo.

**h)**

**2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):**

Não possuímos conhecimento de nenhum ativo ou passivo material que não esteja evidenciado em nossas demonstrações financeiras.

**b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:**

As demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não contemplam as operações ou transações ocorridas após esta data.



Para fins de divulgação de eventos subsequentes, a administração julgou relevante chamar atenção para os seguintes temas:

### ***Aporte de capital Acordo de leniência***

Em 10 de fevereiro de 2023, a Moinho S.A. subsidiária integral da SKER, bem como Passos Maia Energética S.A., controlada em conjunto da Companhia, firmaram um Acordo de Leniência com o poder público do estado de Minas Gerais para um dos casos denunciados e realizaram o pagamento de R\$9.280 e R\$22.928, respectivamente, em multas e ressarcimentos de vantagem indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft. Como fruto do acordo, as Companhias implementarão melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que as mesmas continuem a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero a corrupção. No estágio atual, não é possível prever o resultado final para os casos remanescentes.

### ***Aporte de capital em subsidiárias***

Em 23 de janeiro de 2023 a controlada Serra da Mangabeira S.A. realizou aumento de capital no montante de R\$ 24.521 via conversão de saldo de AFAC.

Em 17 de fevereiro de 2023 a Companhia aportou capital na Moinho S.A. subsidiária integral da SKER e Passos Maia Energética S.A., controlada em conjunto da Companhia, nos montantes de R\$5.500 e R\$9.750 respectivamente. O aporte foi necessário para fazer frente aos pagamentos do tema descrito no parágrafo supracitado na nota explicativa nº 33.1 das demonstrações financeiras, supracitada.

### ***Recebimento de desembolsos de financiamentos***

Em 17 de fevereiro de 2023 as investidas Morro do Cruzeiro I e Morro do Cruzeiro II receberam seu 1º desembolso referente aos contratos de financiamentos firmados com o BNB – Banco do Nordeste nos montantes de R\$ 79.368 e R\$ 57.638, respectivamente.

## **2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:**

**a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Todos os itens requeridos pelas normas foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

**b) Natureza e propósito da operação.**

Todos os itens requeridos pelas normas foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

**c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Todos os itens requeridos pelas normas foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

## **2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia:**

### **a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)**

Nossos investimentos estão concentrados nas áreas de prospecção, desenvolvimento e implantação de empreendimentos de geração por fontes renováveis de energia elétrica.

#### ***Desenvolvimento***

Na área de desenvolvimento, os recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro socioeconômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos.

#### ***Implantação***

Durante o ano de 2020 a Companhia iniciou a implantação do Complexo Eólico Ventos Santa Eugênia, de 519 MW, na Bahia. No dia 4 de janeiro de 2021, iniciou-se a mobilização para a construção do parque eólico, o qual se dará em tranches, com encerramento do último parque previsto para outubro de 2023. Sua previsão orçamentária de investimentos é da ordem de R\$ 2,7 bilhões e, para sua construção, a Companhia, ao longo de 2020, celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste contratos de financiamento no montante de até R\$1.062.378, no nível das investidas constituídas para esses projetos. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo para pagamento de 24 anos. O custo médio ponderado dessa captação é de 1,2531% a.a. adicionado ao IPCA.

Em 15 de dezembro de 2021 a Administração da Companhia aprovou o início da construção dos projetos Morro do Cruzeiro I e II. A previsão orçamentária é de R\$ 672.000, para os quais a Companhia estabeleceu uma estrutura de capital considerando capital próprio e de terceiros para financiamento. A construção tem início previsto para junho de 2022, a estimativa é que as primeiras turbinas eólicas comecem a operar no final de 2023 e a conclusão está prevista para o início de 2024.

Os recursos necessários para a construção de nossos Empreendimentos serão oriundos principalmente (i) do aporte de capital de nossos acionistas controladores e (ii) de captação de recursos junto à bancos através de financiamentos de longo prazo. Ainda, utilizaremos parcela dos dividendos de nossos Empreendimentos em Operação para este fim.

**b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Ao longo de 2022 foram necessários investimentos para a recuperação do túnel da PCH de São João relacionados a substituição de equipamentos com defeitos em Brotas de Macaúbas.

**c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)**

Não fazemos diferenciação entre pesquisas em andamento e desenvolvimento de projetos. Dessa maneira as informações referentes ao item c.i. do Anexo 24 da Instrução CVM 480 serão apresentadas em conjunto com o item c.iii. Da mesma forma, as informações referentes ao item c.ii. serão apresentadas em conjunto com o item c.iv.

Conforme consta no nosso Plano de Crescimento 2022-2028, considerando projetos greenfield em pleno curso de desenvolvimento, Statkraft Energias Renováveis S.A. possui um pipeline acima de 3,5 GW em projetos considerando-se as três fontes, ou seja, projetos eólicos, solares e hidráulicos.

**2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

- ANEXO II -

**INFORMAÇÕES INCLUÍDAS NO ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, REFERENTE À REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO ICVM Nº 81/2022 E INSTRUÇÃO ICVM Nº 80/2022.**

**8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a) objetivos da política ou prática de remuneração, c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração e e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.**

**Conselho de Administração:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos membros do conselho de administração está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos conselheiros é composta unicamente por uma parcela mensal fixa e foi estabelecida dentro dos padrões de mercado.

Nosso Conselho de Administração é composto por cinco membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembleia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nosso Conselho de Administração. Ainda, não adotamos qualquer benefício ou remuneração que esteja vinculada à ocorrência de determinados eventos societários.

Em caso de convocação de membro titular para participação na reunião do Conselho de Administração da Companhia, estando este impossibilitado de comparecer e em não abdicando formalmente de sua remuneração, esta será paga na proporção de 2/3 para o membro suplente e 1/3 para o membro titular, exclusivamente em relação à remuneração do mês que tenha ocorrido a(s) respectiva(s) reunião(ões).

### **Diretoria Estatutária:**

Nossa política de remuneração no que se refere ao nosso Presidente e Vice-presidentes está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais experientes e qualificados para ocupar estes postos. A remuneração do Presidente e Vice-presidentes é somente pro-labore.

A Companhia é administrada por, no mínimo, 02 (dois) Diretores, sendo: 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-presidente finanças e DRI, que também deverá atuar como Diretor de Relações com Investidores, enquanto que os demais Diretores deverão atuar com as seguintes denominações: 1 (um) Vice-presidente jurídico regional; 1 (um) um Vice-presidente de operação e manutenção; 1 (um) Vice-presidente de desenvolvimento e regulatório; 1 (um) Vice-presidente de assuntos corporativos, nos termos do Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração. Recebe treze remunerações anuais para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, incluída a contribuição patronal à previdência social. Em 31 de dezembro de 2022 a Diretoria Estatutária da companhia era composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e Relações com Investidores e 06 diretores.

Ao final de 2022 a Companhia adotava política de remuneração variável de acordo com os padrões do Grupo Statkraft, cuja política foi validada pelo Comitê de RH e Conselho de Administração. A política aplicável à diretoria não se diferencia daquela aplicada aos demais empregados da Companhia.

Para uma boa performance, é necessário que os empregados saibam o que se espera deles. A base de um Programa de Remuneração Variável é a definição de metas claras, objetivas e atreladas ao negócio.

A definição de metas é o núcleo do gerenciamento de desempenho. Nosso sistema de Remuneração Variável deve facilitar a definição de metas. Essa configuração de objetivos e feedback construtivo para indivíduos e equipes ao longo do ano é o cerne do princípio de liderança.

As metas devem ser definidas de acordo com a ambição estratégica da empresa que deve ser cascadeada pelo CEO a cada diretoria no início de cada ano.

O target para diretores estatutários até 2022 era de até 30% da remuneração anual.

A partir de 2023 houve alteração no target passando de 30% para 25%.

As metas estão estruturadas da seguinte forma:

- 25% das metas são comportamentais e comuns a toda a organização visando fortalecer a cultura de ética nos negócios, saúde e segurança e diversidade e inclusão.
- 75% das metas devem ser relacionadas a resultados quantitativos - KPI's.

**Conselho Fiscal:**

Nosso Conselho Fiscal é composto por três membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembleia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

**Comitês**

Os membros de nossos Comitês não são remunerados.

**c) composição da remuneração*****i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:******Salário dos administradores e honorários dos membros do Conselho de Administração:***

A remuneração mensal de nossos administradores e conselheiros tem como objetivo garantir o comprometimento com o trabalho e a satisfação com a remuneração, aliando os objetivos de cada profissional com a constante busca pelos nossos resultados.

***ii) Proporção de cada elemento na remuneração total:***

	<b>Pró-Labore/Honorários</b>	<b>Benefícios</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	100%
Diretoria executiva	100%	0%	100%

***iii) Metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração:***

O reajuste da remuneração da diretoria executiva e do conselho de administração é definido em Assembleia Geral.

***iv) Razões que justificam a composição da remuneração:***

Remunerar nossos profissionais de acordo com as responsabilidades assumidas, garantindo um pacote de remuneração atrativo e que nos permita reter e atrair profissionais qualificados para assumir nossas posições de comando.

***v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:***

Conforme disposto no Acordo de Acionistas da Companhia, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal indicados pela controladora Statkraft não são

remunerados. Os membros dos comitês de assessoramento também não são remunerados, independente de qual acionista realizou a indicação.

#### **d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Não adotamos atualmente uma política de remuneração que reflita determinados indicadores de desempenho.

#### **e) relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia**

Buscamos, por meio de nossa política de salários, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em nosso quadro de colaboradores profissionais comprometidos com nossa estratégia de crescimento e o nosso plano de negócios.

#### **f) Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não possuímos atualmente membros da diretoria ou do conselho que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

### **8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

<b>2022 (R\$)</b>	<b>Conselho De Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros (1)	2	7	1	10
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	361.310,30	6.006.934,06	73.159,72	6.441.404,08
- Benefícios diretos e indiretos	-	1.106.635,39	-	1.106.635,39
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	72.262,02	2.068.273,17	14.631,91	2.155.167,10
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	1.126.430,01	-	1.126.430,01
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>433.572,32</b>	<b>10.308.272,63</b>	<b>87.791,63</b>	<b>10.829.636,58</b>

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.



2021 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2	7	1	10
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	328.128,80	5.374.638,51	64.272,62	5.767.039,93
- Benefícios diretos e indiretos	-	968.346,67	-	968.346,67
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	65.625,76	1.438.932,94	12.854,50	1.517.413,20
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	929.062,39	-	929.062,39
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	--	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>393.754,56</b>	<b>8.710.980,51</b>	<b>77.127,12</b>	<b>9.181.862,19</b>

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

2020 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2,0	8,0	1,00	11,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	317.544,00	5.423.261,73	58.533,60	5.799.339,33
- Benefícios diretos e indiretos	-	986.481,61	-	986.481,61
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	63.508,80	1.354.956,23	11.706,72	1.430.171,75
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	1.030.466,43	-	1.030.466,43
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>381.052,80</b>	<b>8.795.166,00</b>	<b>70.240,32</b>	<b>9.246.459,12</b>

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

### 8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nossa administração. Nos anos de 2020 a 2022, distribuimos aos nossos diretores um bônus, nos valores demonstrados abaixo, como forma de reconhecimento pela boa condução dos negócios sociais.

2022 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2	7	1	10
Bônus	-	1.126.430,01	-	929.062,39
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	929.062,39	N/A	929.062,39
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

2021 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2	7	1	10
Bônus	-	929.062,39	-	929.062,39
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	929.062,39	N/A	929.062,39
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

2020 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2,00	8,00	1,00	11,00
Bônus	-	1.030.466,43	-	1.030.466,43
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	1.030.466,43	-	1.030.466,43
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

#### 8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

#### 8.5. Em relação à remuneração baseadas em ações reconhecida no resultado dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

#### 8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

#### 8.8. Em relação às opções exercidas e Ações entregues relativas à remuneração baseada em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

#### 8.12. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 (inclusive método de precificação do valor das Ações e das opções):

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

#### 8.13. Ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em Ações ou quotas, emitidos pela

**Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:**

A Companhia não detém quotas diretas ou indiretas emitidas pela Companhia.

**8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

	Diretoria Estatutária 31/12/2022
Nº de membros	7
Nº de membros remunerados	7
Nome do plano	BRADESCO PREVIDENCIA
Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar	-
Condições para se aposentar antecipadamente	-
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	310.302,86
Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	310.302,86

	Diretoria Estatutária 31/12/2021
Nº de membros	7
Nº de membros remunerados	7
Nome do plano	BRADESCO PREVIDENCIA
Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar	-
Condições para se aposentar antecipadamente	-
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	279.004,34
Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social,	279.004,34

<b>descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores</b>	
---	--

	<b>Diretoria Estatutária</b>
	<b>31/12/2020</b>
<b>Nº de membros</b>	8,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	8,00
<b>Nome do plano</b>	BRADESCO PREVIDENCIA
<b>Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar</b>	-
<b>Condições para se aposentar antecipadamente</b>	N/A
<b>Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores</b>	299.824,42
<b>Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores</b>	299.824,42

O benefício de plano de previdência dá-se apenas aos membros da Diretoria Estatutária, não sendo aplicado aos membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração.

#### 8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal:

	<b>Diretoria Estatutária</b>			<b>Conselho de Administração</b>			<b>Conselho Fiscal</b>		
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Nº de membros</b>	7	7	8,00	2	2	2,00	1	2	2,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	7	7	8,00	2	2	2,00	1	2	2,00
<b>Valor da maior remuneração individual</b>	1.753.414,94	1.726.775,42	1.134.020,65	180.655,15	164.064,40	158.772,00	73.159,72	164.064,40	158.772,00
<b>Valor da menor remuneração individual</b>	797.006,79	682.001,73	646.664,18	180.655,15	164.064,40	158.772,00	73.159,72	164.064,40	158.772,00
<b>Valor médio da remuneração</b>	1.073.302,48	1.204.388,58	890.342,41	180.655,15	164.064,40	158.772,00	73.159,72	164.064,40	158.772,00

#### Observações:

<b>Diretoria Estatutária</b>	
<b>31/12/2022</b>	<p>Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2022.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2022. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 5,0. Em fevereiro e agosto entrada de 2 diretores e em setembro saída de um diretor, posição que ficou aberta no decorrer de 2022.</p>
<b>31/12/2021</b>	<p>Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2021, referente a substituição.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2021, referente a substituição. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 7,0.</p> <p>1 diretor saiu em fevereiro e outro em outubro, levando a média para 7</p>
<b>31/12/2020</b>	<p>Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2020, referente a substituição.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2020, referente a substituição. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 8,0.</p>

<b>Conselho de Administração</b>	
<b>31/12/2022</b>	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2022. Em fevereiro de 2022 houve a saída de um conselheiro, tendo sua substituição em março de 2022.</p>
<b>31/12/2021</b>	Houve a troca de conselheiro em janeiro de 2021, considerando a saída em um dia e a substituição no dia seguinte, foi considerado o total de 2 membros do conselho.
<b>31/12/2020</b>	Sem observação

<b>Conselho Fiscal</b>	
<b>31/12/2022</b>	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2022.</p>
<b>31/12/2021</b>	Houve a troca de conselheiro em janeiro de 2021, considerando a saída em um dia e a substituição no dia seguinte, foi considerado o total de 1 membro do conselho.
<b>31/12/2020</b>	A diferença apurada de 2019 para 2020, se refere a saída de um membro do conselho.

**8.16. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):**

Não possuímos arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

**8.17. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:**

Órgão	dez/22	dez/21	dez/20
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0

**8.18. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:**

Órgão	dez/22	dez/21	dez/20
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0
TOTAL	0	0	0

**8.19. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:**

Não possuímos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria estatutária.



## 8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2023 até 30 de abril de 2024, prazo estimado entre as AGOs, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários é de R\$ 11.402.330,26 com base no reajuste de 6,00%. Os valores totais incluem as contribuições propostas para o INSS e FGTS pago pelo empregador e reconhecidas no resultado, pagamento do 13º salário em novembro (este último à diretoria executiva apenas).

Maio 2023 a abril 2024 Previsto (3) (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2	6	1	9
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	408.188	6.590.325	101.390	7.099.903
- Benefícios diretos e indiretos	-	707.606	-	707.606
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	81.638	1.845.308	20.278	1.947.224
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus (4)	-	1.647.596	-	1.647.596
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>489.826</b>	<b>10.790.836</b>	<b>121.668</b>	<b>11.402.330</b>

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente  
(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

(3) Os valores previstos para o período foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

(4) Programa de Bônus (2023/2024) é uma estimativa e depende da realização de metas.

**- ANEXO III -**

**INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO INCLUÍDAS  
NO ITEM 7 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME INSTRUÇÃO ICVM Nº  
80/2022.**

**CANDIDATOS INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES**

**7.3 Administradores e membros do conselho fiscal:**

**7.3.1 Membro do Conselho de Administração**

a) Nome	b) Data de Nascimento	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data possível de eleição	g) Data possível da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador	l) nº de mandatos consecutivos
Austin Laine Powell	27/09/1956	Engenheiro	946.522.287-91	Presidente	19.04.2022	19.04.2022	Até a AGO de aprovação das contas de 2023 em 2024	Nenhum	Sim	1
Kjersti Ronningen	01/08/1967	Administradora	000.000.000-00	Conselheiro efetivo	19.04.2022	19.04.2022	Até a AGO de aprovação das contas de 2023 em 2024	Nenhum	Sim	1
Anders Gustav Taucher	17/06/1971	Administrador de Empresas	065.677.307-30	Conselheiro efetivo	19.04.2022	19.04.2022	Até a AGO de aprovação das contas de 2023 em 2024	Nenhum	Sim	0
Ana Maria Loureiro Recart	04/06/1973	Advogada	261.320.138-06	Conselheiro efetivo	19.04.2022	19.04.2022	Até a AGO de aprovação das contas de 2023 em 2024	Nenhum	Sim	1
Caio Cezar Monteiro Ramalho	18/05/1977	Administrador	047633017-30	Conselheiro efetivo	18.04.2023	18.04.2023	Até a AGO de aprovação das contas de 2023 em 2024	Nenhum	Sim	0
María Teresa González Ramirez	02/09/1972	Jornalista	F25838180	Conselheiro suplente	19.04.2022	19.04.2022	Até a AGO de aprovação das contas de 2023 em 2024	Nenhum	Sim	1
Fernando Cesar Cani	16/10/1986	Administrador	041.295.039-10	Conselheiro suplente	13.01.2023	13.01.2023	Até a AGO de aprovação das contas de 2023 em 2024	Nenhum	Sim	0
Paulo Conte Vasconcellos	27/07/1962	Administrador	387.452.910-04	Conselheiro suplente	19.04.2022	19.04.2022	Até a AGO de aprovação das contas de 2023 em 2024	Nenhum	Sim	1
Isaac Berensztejn	23/05/1954	Engenheiro	332.872.367-68	Conselheiro suplente	19.04.2022	19.04.2022	Até a AGO de aprovação das contas de 2023 em 2024	Nenhum	Sim	1

**a) Currículos dos membros do conselho de administração:**

**AUSTIN LAINE POWELL** O Sr. Austin é Mestre e Bacharel em Administração de Empresas com honras pela Universidade do Texas. Há três anos na SN Power, Laine Powell ocupa atualmente os cargos de Gerente Geral para a SN Power Chile, supervisionando as atividades da empresa, e de Gerente Geral da empresa Energia Tinguiririca, uma parceria entre a SN Power e a Pacific Hydro no Chile. A Tinguiririca Energia é proprietária e opera duas UHEs (310 MW), no Vale Tinguiririca da Região VI, no Chile. Antes de ingressar na SN Power, Powell trabalhou na Duke Energy International 2002-2009, como Diretor de Operações para o Brasil, sendo também responsável por seus ativos localizados na Argentina e na Bolívia. Destaca-se ainda sua atuação na Enron Internacional, tendo ocupado várias posições ao longo de 08 anos de atividade. Na Companhia, até a data deste Formulário de Referência, atua como membro efetivo do Conselho de Administração, tendo sido sua eleição realizada em 12 de maio de 2014 e como Diretor Presidente, tendo sua eleição realizada no dia 13 de julho de 2015.

**KJERSTI RONNINGEN** É administradora formada em Organização de Empresas e Finanças Internacionais pela Universidade Heriot Watt, em Edinburg, Escócia. A Sra. Kjersti iniciou sua carreira na Statkraft em 2008 ocupando o cargo de Gerente de Auditoria Interna, em 2013 atuou como Gerente de Interação e em 2014 passou a exercer a função de Senior Vice-presidente de Finanças para o segmento de International Hidro. Antes de ingressar no grupo Statkraft a Sra. Kjersti atuou como auditora financeira na empresa Grøndahl & Dreyer até 1993, no ano seguinte atuou como gerente financeira pela mesma Companhia. Em 1995 atuou como Controller na NCA - Nippon Cargo Airlines, responsável pelos continentes Africanos e Asiático. No ano de 1998 ingressou na Orkla onde atuou como auditora interna até 2005, ano em que foi promovida para o cargo de Vicechefe de auditoria interna, cargo que exerceu até 2008.

**ANDERS GUSTAV TAUCHER** O Sr. Anders é bacharel em Administração de Empresas pela Universidade de Bath e mestre em Gestão de Tecnologia pela Universidade Norueguesa de Ciência e Tecnologia. Anders fala norueguês, inglês, alemão e entende um pouco de português. Antes de ingressar na Statkraft, Anders trabalhou como consultor e gerente de projetos por 15 anos, em Tecnologia da Informação e Consultoria de Gestão, principalmente para clientes do setor de seguros, indústria de processos e áreas de tecnologia de energia e automação. Possui oito anos de experiência no setor elétrico, trabalhando na Statkraft desde 2013 em vários cargos gerenciais, como Gerente de Processos e VP de Serviços de Gestão de Ativos e Energia para a frota hidrelétrica norueguesa da Statkraft. Nessas funções foi responsável pela implementação de projetos de melhoria de desempenho, desenvolvimento de estratégias e análise de receita para os ativos hidrelétricos da Statkraft. Em 2020 e 2021 Anders foi designado para trabalhar na Statkraft Energia do Brasil Ltda no Rio de Janeiro, como Head of Market projects. Seu foco principal foi a gestão de portfólio e esforços de route-to-market para os projetos Ventos de Santa Eugenia e Morro do Cruzeiro, bem como gerenciamento de projetos de diversos projetos internos na área de Markets. Desde agosto de 2021, Anders ocupa o cargo de vice-presidente de desenvolvimento e estratégia comercial da Statkraft International Power em Oslo, Noruega. Nessa função, ele se concentra na estratégia comercial para os ativos da Statkraft na América do Sul, Índia, Turquia e Albânia.

**ANA MARIA LOUREIRO RECART** Formada em Direito Faculdade de Direito da USP, com LL.M. pela American University, Washington College of Law, MBA pela Fundação Dom Cabral e Pós-MBA pela Saint Paul Escola de Negócios. Exerceu nos últimos 15 anos cargos executivos de Superintendente de Governança Corporativa na SulAmérica S.A, de CEO da GWI Real Estate e de Diretora Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores da Gafisa S.A. Atuou em órgãos de governança, no Brasil e exterior, como membro titular do Conselho de Administração da Gafisa S.A., da Alphaville Urbanismo S.A., da Eletropaulo S.A. (atual Enel) e da Hana Financial (EUA), como membro titular do Conselho Fiscal da Eletropaulo S.A. e da Profarma S.A. e como membro efetivo do Comitê de Auditoria da Eletropaulo S.A. Atualmente, selecionada para o Programa Diversidade em Conselho - 5ª edição, organizado pela B3, IBGC, IFC, WCD e SpencerStuart.

**CAIO CEZAR MONTEIRO RAMALHO** Graduado em administração de empresas pela UFRJ, possui Mestrado em Finanças e Economia Empresarial pela EPGE FGV, MBA em Análise de Investimentos pelo IAG PUC Rio. É Doutorando em Engenharia (Gestão e Inovação) pela COPPE UFRJ e Pós-Graduando em Controladoria, Compliance e Auditoria pela PUC RS. É conselheiro de empresas, consultor e professor. Possui mais de 25 anos de experiência profissional em Investimentos, Análise de Negócios e Governança, com passagens por Private Equity, Banco de Investimento, Asset Management e Consultorias. Em paralelo, atua há mais de 16 anos na área acadêmica em diversos programas executivos, MBAs, LLMS e pós-graduação nas áreas de Private Equity e Venture Capital, Finanças, Investimentos, Direito, Governança, Startups e Inovação. Possui as certificações Comitê de Auditoria (CCoAud), Conselheiro de Administração (CCA) e Conselheiro Fiscal (CCF) do IBGC, além das certificações Gestores e Conselheiros (Investimentos) e Gestores e Conselheiros (Administração) do ICSS.

**MARÍA TERESA GONZÁLEZ RAMIREZ** Graduada em Jornalismo com Master em Gestão e Recursos Humanos, pelo IEDE. Está na Statkraft Chile desde 2017, tendo atuado como Gerente de Assuntos Corporativo, responsável pelas áreas de Relações com Comunidades, Comunicação, Relações Institucionais, Meio Ambiente e Compliance. Desde janeiro de 2020, Ramirez é a Country Manager da Statkraft Chile.

**FERNANDO CESAR CANI** Graduado em Administração de Empresas pela UFSC, com MBA em Liderança e Gestão pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Fernando está na Statkraft desde 2015 tendo desempenhado diferentes funções, tanto no Brasil quanto na Noruega e atualmente ocupa o cargo de VP Financial reporting and Analysis International.

**PAULO CONTE VASCONCELLOS** Formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, MBA pelo IBMEC, Pós-MBA pela Inova Business School e com programas executivos pela Kellogg School of Management, Singularity University, Board Leadership - IFC e Advanced Board Professionalism - NACD. Fundou a ProxyCon em 2001, consultoria especializada em Governança e é Membro do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa desde 1999. Coordenou a 5ª Revisão do Código de Melhores Práticas de Governança do IBGC e é Co-autor do livro Governança Corporativa - Discussões sobre Conselhos de Empresas Brasileiras da Ed. Saint Paul Atualmente é professor dos cursos de formação de conselheiros e de empresas familiares. Atua como Conselheiro de Administração há 19 anos, tendo atuado em mais de 20 conselhos.

**ISAAC BERENSZTEJN** Engenheiro formado pela PUC-Rio em 1973, Mestre em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ em 1979, com MBA em Administração pela COPPEAD em 1987. Foi Membro Suplente do Conselho Fiscal da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. de abril de 2016 a 2021; Diretor Financeiro da Claro de janeiro/2012 a janeiro/2015 e Membro do Conselho de Administração de janeiro/2014 a dezembro/2015; foi Membro do Conselho de Administração da NET de janeiro/2005 a dezembro/2014; foi Diretor Financeiro da Embratel de janeiro/2006 a dezembro/2014 e Diretor Financeiro da Level3, de 2016 a 2018.

### 7.3.2 Membros do Conselho Fiscal

A Assembleia deliberou pela eleição ou recondução dos Membros do Conselho Fiscal.

a) Nome	b) Data de Nascimento	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data possível de eleição	g) Data possível da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador	l) nº de mandatos consecutivos
Natasha Gaertner Lewin	04/03/1986	Engenheira Civil	107.821.137-02	Conselheira efetivo	18.04.23	18.04.23	Até a AGO de aprovação das contas de 2023 em 2024	Nenhum	Sim	2
Marcos Bett Pagani	07/10/1987	Tecnólogo em Sistemas de Energia	065.558.009-33	Conselheiro efetivo	18.04.23	18.04.23	Até a AGO de aprovação das contas de 2023 em 2024	Nenhum	Sim	2
A definir pelo acionista				Conselheiro efetivo			Até a AGO de aprovação das contas de 2023 em 2024	Nenhum	Não	
A definir pelo acionista				Conselheiro suplente			Até a AGO de aprovação das contas de 2023 em 2024	Nenhum	Não	
Alexandre Cafure Lafranque	02/03/1989	Engenheiro	703.798.451-56	Conselheiro suplente	18.04.23	18.04.23	Até a AGO de aprovação das contas de	Nenhum	Sim	1

							2023 em 2024			
Silvia Regina dos Santos Gonçalves	15/04/1983	Engenheira de Produção	056.793.417-94	Conselheira suplente	18.04.23	18.04.23	Até a AGO de aprovação das contas de 2023 em 2024	Nenhum	Sim	1

**a) Currículos dos membros do conselho fiscal:**

**MARCOS BETT PAGANI**, é Tecnólogo pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) em 2012. O Sr. Marcos iniciou sua carreira no grupo Statkraft em 2015, ocupando o cargo de Coordenador de Back Office no Brasil, assumindo em 2017 a posição de gerência do time de Back Office. Em 2020, acumulou a posição de gerência do time de Digitalização no Brasil, atuando a partir deste momento e até hoje como Gerente de Back Office e Digitalização no Brasil. Antes de ingressar no grupo Statkraft o Sr. Marcos ocupou a posição de Analista de Regulação e Mercado na Desenvix Energias Renováveis S.A. desde 2013, cargo que ocupou até junho de 2015.

**NATASHA GAERTNER LEWIN**, é graduada em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e possui mestrado em Economia pela FGV/Rio. Ingresso no grupo Statkraft em janeiro de 2019, ocupando o cargo de Head de Middle Office. Em maio de 2016, a Sra. Natasha ingressou como Especialista de Riscos na Neoenergia e posteriormente atuou como Gerente de Riscos Corporativos até dezembro de 2018. De 2007 a 2016 atuou como Analista Financeira na área de Gestão de Riscos da mineradora Vale nos escritórios do RJ e da Suíça.

**SIVIA REGINA DOS SANTOS GONÇALVES**, é graduada em Engenharia de Produção pela UERJ, possui especialização em Sistemas Hidrotérmicos pela UNICAMP e mestrado em Metrologia pela UERJ. Possui 13 anos de experiência no Setor Elétrico, com atuação em Comercialização de Energia e Planejamento Energético nas empresas Enel, Neoenergia e NOS. É especialista de Energy Management na Statkraft.

**ALEXANDRE CAFURE LAFRANQUE**, é graduado em Engenharia Elétrica e Engenharia de Automação pela ENSEEIHT (França), com especializado em regulação de mercados de energia elétrica, mestrado em Políticas Públicas pela UFRJ e doutorado em Planejamento Energético pela COPPE/UFRJ. Trabalhou como consultor durante 4 anos e seus pontos fortes são a Regulação do Setor Elétrico Brasileiro, Planejamento Energético e Modelagem de Riscos. Entrou na Statkraft em maio de 2019 como Analista Sênior de Riscos na equipe de Middle Office e tornou se Head da área em setembro de 2020.

**b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal:**

---

Nossos Conselheiros e Diretores não sofreram qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-os ou inabilitando-os para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.



---

**7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

**a) Administradores do emissor**

Não aplicável.

**b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

Não aplicável.

**c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

Não aplicável.

**d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não aplicável.

**7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controles mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

**a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor**

Não aplicável.

**b) Controlador direto ou indireto do emissor**

Não aplicável.

**c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não aplicável.